



*(Handwritten signature)*

ATA N.º 14 – Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezasseis, nesta cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às 21 horas, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e secretariada pelos Srs. Maria José Ferreira dos Santos e Mário Jorge de Castro Reis, respetivamente 1.º e 2.º Secretários da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”: -----

- 1 – Ata N.º 13 – Sessão Ordinária de 27 de novembro de 2015;-----
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;-----
- 3 – Regulamento dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Concelho de Santa Maria da Feira; -----
- 4 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Argoncilhe-----  
- Parque de Lazer;-----
- 5 – Centro Regional de Excelência em Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Área Metropolitana do Porto (CRE.Porto) -----  
- Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais;-----
- 6 – Política de prevenção de inundações e danos provocados pelas intempéries no Concelho de Santa Maria da Feira (*artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento*);-----
- 7 – Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Concelho de Santa Maria da Feira-----  
- Atualização do tarifário para o ano de 2016 (*para conhecimento*); -----
- 8 – Dissolução e liquidação da PRIMUS – Promoção e Desenvolvimento Regional, EMT, SA (*para conhecimento*);-----
- 9 – Declarações para os efeitos previstos no artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual (*para conhecimento*);-----
- 10 – Relatório de Atividades de 2015 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira (*para conhecimento*); -----
- 11 – Estratégia e Plano de Ação para o Europarque (*artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento*);-----



- 12 – Programa de apoio à construção ou renovação de campos de relvado sintético em instalações desportivas-----  
- Contratos-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com diversas entidades / aprovação de minutas; -----
- 13 – Pedido de suspensão do mandato da deputada municipal Adriana Marisa da Silva Cardoso. -----

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Vice-Presidente – José Manuel da Silva Oliveira e pelos Srs. Vereadores Vítor Carlos Latourrette Marques, Helena Maria de Sá Portela, Eduardo Marques dos Santos Cavaco, Susana Alexandra Lopes Correia, António Ferreira de Bastos, e Mário António Pinho de Oliveira. -----

Não estiveram presentes, nesta sessão, o Sr. Presidente da Câmara – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e os Srs. Vereadores Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, António Gil Alves Ferreira e Isabel Maria Oliveira Machado Leal Pereira. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, começando por saudar os membros presentes. -----

Dando início aos trabalhos, deu nota da impossibilidade do Sr. Presidente da Câmara – Emidio Sousa – estar presente nesta sessão, por se encontrar em Espanha em representação do Município, para receber o prémio internacional Ciudad de Castellón que distinguiu a Viagem Medieval que se realiza em Santa Maria da Feira, pelo que se fazia representar, nesta sessão, pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara – José Manuel Oliveira (doravante, Presidente da Câmara em exercício).-----

Posto isto, informou da entrada na Mesa, até àquele momento, de quatro documentos relativos a delegações de representação para a presente sessão, dos Presidentes de Junta das seguintes freguesias: -----

– Argoncilhe (PSD): delegando a representação no Secretário do Executivo – Manuel Pereira dos Santos; -----

– Arrifana (PSD): delegando a representação no Vogal do Executivo – Rui Miguel Correia de Sá; -----



– Fiães (PSD): delegando a representação no Vogal do Executivo – Manuel Pinho *(que ainda não se encontrava presente)*; -----

– São João de Ver (IND.): delegando a representação no Tesoureiro do Executivo – Sebastião Ferreira de Castro. -----

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que era intenção da Mesa proceder, neste momento, à votação do ponto n.º 13 da Ordem do Dia relativo ao pedido de suspensão do mandato da deputada municipal Adriana Cardoso, bem como proceder de imediato à substituição da mesma pela cidadã seguinte da mesma lista partidária – Juliana Canedo Rocha – mas que, tendo tomado conhecimento que a Juliana Rocha não estaria presente nesta sessão, não iria proceder dessa forma, pelo que a apreciação desse pedido seria feita no momento normal, ou seja, no Período da Ordem do Dia, sendo a deputada municipal Adriana Cardoso substituída, nesta sessão, nos moldes habituais. -----

Anunciou, de seguida, que para além dessa substituição, também os membros António André da Silva Topa (PSD), António Domingues Pereira (PSD), Casimiro Loureiro Dias de Pinho (PSD), Carla Marisa Pimentel Pereira (PS) e Rosa Maria Pinto da Silva (PS) solicitaram, nos termos da Lei, serem substituídos na presente sessão dada a impossibilidade de estarem presentes – o membro António Topa por motivos familiares, o membro Domingues Pereira por motivos profissionais, o membro Casimiro Pinho por motivos pessoais, a deputada Carla Pereira devido a trabalhos no âmbito do doutoramento que está a realizar, e a deputada Rosa Silva por motivos de saúde. -----

Quanto à substituição da deputada municipal Adriana Cardoso deu nota que, como referido, a cidadã seguinte na lista do PSD, Juliana Canedo Rocha, informou da impossibilidade de estar presente nesta sessão, pelo que a mesma é substituída pelo cidadão seguinte da mesma lista, João Luís Almeida Cunha, que se encontrava presente para o efeito. -----

Em relação à substituição do membro António Topa informou que o mesmo é substituído, nos termos legais, pelo cidadão seguinte na lista do PSD, José Moreira de Jesus Castro, que igualmente se encontrava presente. -----

Sobre a substituição do membro Domingues Pereira deu nota que os dois cidadãos seguintes na lista do PSD – Sara Raquel Loureiro dos Santos Rodrigues e Luís Manuel dos Santos Bastos – informaram a Mesa da impossibilidade de estarem presentes nesta sessão, pelo que o



mesmo é substituído pelo cidadão seguinte da mesma lista, Rui José Mateus Oliveira, que se encontrava presente para o efeito. -----

Quanto à substituição do membro Casimiro Pinho deu nota que os sete cidadãos seguintes na lista do PSD – Sónia Maria dos Santos Pereira, José da Conceição Martins Adegas, José António da Rocha Valente, Maria Edite Alves da Costa e Silva, Francisco Barbosa de Oliveira Maia, Fernando Pereira dos Santos, Teresa Margarida de Almeida Pinto – informaram da impossibilidade de estarem presentes nesta sessão, pelo que o mesmo é substituído pelo cidadão seguinte da mesma lista, Mário Jorge Soares Silva Brito, que se encontrava presente para o efeito. -----

Sobre o pedido de substituição da deputada Carla Pereira informou que o cidadão seguinte da lista do PS, Telmo André dos Santos Gomes, comunicou à Mesa da impossibilidade de estar presentes nesta sessão, pelo que a mesma é substituída pela cidadã seguinte da mesma lista, Margarida Arcelina Assunção Alfama, que se encontrava presente para o efeito. -----

Em relação ao pedido de substituição da deputada Rosa Silva deu nota que os cinco cidadãos seguintes na lista do PS – Ricardo Daniel Bastos dos Santos, Armando de Sousa e Silva, Cátia Patrícia Silva Ferreira, Jorge Manuel Pintassilgo e António Ferreira Pinto – informaram da impossibilidade de estarem presentes nesta sessão, pelo que a mesma é substituída pela cidadã seguinte da mesma lista, Teresa de Oliveira Pereira, que se encontrava presente para o efeito. -

-----  
Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 45 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente: -----

*Pelo grupo municipal do PSD:*-----  
Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; José Fernando Moreira; Serafim Manuel Rocha Guimarães; Aldina dos Reis Camboa Cabral; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Gastão Valente Pinto da Silva; Maria José Ferreira dos Santos; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Marisela Adelaide Pinto Maio; Justino de Amorim Pinto; João Luís Almeida Cunha; José Moreira de Jesus Castro; Rui José Mateus Oliveira; Mário Jorge Soares Silva Brito; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos; Arrifana – Rui Miguel Correia de Sá; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Mozelos – José Carlos Pinto da Silva; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Manuel Jacinto



da Conceição Moreira; Santa Maria de Lamas – António Óscar Correia Soares Neves; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; e União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos;-----

*Pelo grupo municipal do PS:*-----

Margarida Maria Santos Soares Rocha Gariso; Sérgio Manuel Murteira Cirino; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Manuel Oliveira de Almeida; Eduardo José da Costa Pereira da Rocha; António dos Santos; Manuel Amorim Duarte; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Manuel Ferreira Santos; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Daniel Tavares Gomes; Margarida Arcelina Assunção Alfama; Teresa de Oliveira Pereira; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Milheirós de Poiães – Augusto de Pinho Santos; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; e São Paio de Oleiros – Adriano Manuel Pereira de Freitas;-----

*Pela CDU:* Filipe Ramiro Tavares Moreira;-----

*Pelo BE:* Moisés Salvador Coelho Ferreira;-----

*Pelo CDS-PP:* Válter José Mendes de Amorim;-----

*Independente:* Sebastião Ferreira de Castro (Junta de Freguesia de São João de Ver).-----

*Entraram, no decorrer da sessão:* Bernardino Manuel Martins do Couto (PSD), Márcio Santos Correia (PS); António Valdemar Fontes Pinho Ribeiro – Presidente da Junta de Freguesia de Fiães (PSD); Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Fornos (PSD); e Maria Manuela da Silva Teixeira – Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô (PS).-----

*Faltaram à sessão, sem se fazer substituir:* Armando Fontes Teixeira – Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa (PSD); Rui Alves Rios – Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura (PS); José Carlos Baptista Martins – Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros (PSD); e Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão – Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (PSD).-----

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 20 de novembro de 2013, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência



→  
ley.

recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, informou que se encontrava disponível essa relação, bem como os respetivos documentos, para que os Srs. deputados municipais os pudessem consultar, caso o pretendessem. -----

É do seguinte teor o documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal, após a sessão ordinária de 27 de novembro de 2015: -----

- “Ofício da Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 16 de novembro de 2015; -----
- E-mail da Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convocando-o, na qualidade de membro do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, para uma reunião que aquele Conselho Municipal realizou no dia 16 de dezembro de 2015; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Sr.<sup>a</sup> Diretora do Centro Regional de Informação das Nações Unidas, remetendo o teor da saudação intitulada “70 anos da Organização das Nações Unidas e da Carta que a instituiu”, aprovada por esta Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 27 de novembro de 2015; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo o teor de uma proposta intitulada “Constituição da República Portuguesa – 40.º aniversário”, de uma saudação intitulada “70 anos da Organização das Nações Unidas e da Carta que a instituiu”, e de um voto de pesar e de condenação contra atos terroristas contra a Humanidade, aprovados por esta Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 27 de novembro de 2015; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o teor do voto de pesar e de condenação contra atos terroristas contra a Humanidade, aprovada por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 27 de novembro de 2015, às seguintes entidades: -----
  - Sr. Embaixador de França em Portugal, -----
  - Sr. Embaixador da Rússia em Portugal, -----
  - Sr.<sup>a</sup> Cônsul do Líbano em Portugal, -----
  - Sr. Cônsul do Mali em Portugal; -----
- Convite da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a Ceia de Natal realizada por aquela instituição, -----



- 
- levada a cabo no dia 19 de dezembro de 2015; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Câmara Municipal, aos membros desta Assembleia Municipal, remetendo versão draft do documento “Estratégia e Plano de Ação do Europarque”; -----
  - Convite do Grupo Musical de Fiães, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para assistir ao Concerto de Natal Solidário, levado a cabo no dia 20 de dezembro de 2015; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Moisés Ferreira, através de requerimento sobre o assunto “Família vive sem o mínimo de condições em Paços de Brandão” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 15/12/2015; -----
  - Ofício da Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 30 de novembro de 2015; -----
  - E-mail da deputada municipal Margarida Gariso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento em que pede lhe fosse facultada fotocópia do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Concelho; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pela deputada municipal Margarida Gariso, em que esta pede lhe fosse facultada fotocópia do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Concelho;-----
  - E-mail do membro Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo dois requerimentos subordinados aos assuntos “Alteração no Conselho de Administração da empresa municipal Feira Viva” e “Bocas-de-incêndio sem caudal suficiente para abastecer”;-----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, dois requerimentos apresentados pelo membro Moisés Ferreira, subordinados aos assuntos “Alteração no Conselho de Administração da empresa municipal Feira Viva” e “Bocas-de-incêndio sem caudal suficiente para abastecer”;-----
  - E-mail da Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, ao Sr.
-



Presidente da Assembleia Municipal, remetendo-lhe, na qualidade de membro do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira e na sequência da reunião realizada pelo mesmo no dia 16 de dezembro de 2015, documentos respeitantes a essa reunião;-----

- Ofício do Sr. Embaixador de França em Portugal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a esta Assembleia Municipal pela solidariedade manifestada para com o povo francês na sequência dos terríveis atentados de que França foi alvo no passado dia 13 de novembro de 2015; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Moisés Ferreira, através dos requerimentos sobre os assuntos “Alteração no Conselho de Administração da empresa municipal Feira Viva” e “Bocas-de-incêndio sem caudal suficiente para abastecer” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 23/12/2015;-----
- E-mail do membro Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Situação judicial com a empresa a quem foi concessionado o estacionamento à superfície”;-----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Moisés Ferreira subordinado ao assunto “Situação judicial com a empresa a quem foi concessionado o estacionamento à superfície”; -----
- Ofício da Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 14 de dezembro de 2015; -----
- Despacho do Sr. Presidente da Câmara, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo cópia do ofício do Diretor de Departamento de Recolha de Informação, do Instituto Nacional de Estatística, subordinado ao assunto “Retorno de Informação Personalizada aos Municípios”; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Moisés Ferreira, através de requerimento sobre o assunto “Situação judicial com a empresa a quem foi



- 
- concessionado o estacionamento à superfície” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 06/01/2015;-----
- Ofício da Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 28 de dezembro de 2015; -----
  - E-mail do membro Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Estrada Nacional 223 – Espargo/Travanca”;-----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira subordinado ao assunto “Estrada Nacional 223 – Espargo/Travanca”; -----
  - Ofício do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 11 de janeiro de 2016;-----
  - Ofício de Márcio Correia, Advogado, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando para apreciação, em representação de um grupo de cidadãos residentes no Concelho de Santa Maria da Feira, um abaixo-assinado referente à questão das “ligações de saneamento/água e sua cobrança, que foram exigidas aos municípios do Concelho de Santa Maria da Feira”;-----
  - Ofício da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, Relatório de Atividades e respetivos anexos daquela Comissão, referente ao ano de 2015, bem como a ata de aprovação do referido relatório;-----
  - Ofício da Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo declarações para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual;-----
  - E-mail do membro Manuel Santos, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, requerendo o agendamento, para esta sessão da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2016, do assunto “Política de prevenção de inundações e danos provocados pelas intempéries no Concelho de Santa Maria da Feira”; -----
  - Ofício de Fernando Henrique de Sousa Moreira, na qualidade de sócio-gerente da empresa
-



- OPS Transportes Unipessoal, Lda., ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, subordinado ao assunto “Sinal de trânsito na rua da Cinquenta, freguesia de Nogueira da Regedoura”, em que pede informação quanto à postura municipal de trânsito preconizada para a referida rua;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 25 de janeiro de 2016; -----
  - Convite do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Trofa, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na inauguração da Feira Anual da Trofa 2016, a levar a cabo no próximo dia 3 de março de 2016; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de fevereiro de 2016, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de fevereiro de 2016, e indicando a respetiva Ordem do Dia; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Filipe Moreira, através de requerimento sobre o assunto “Estrada Nacional 223 – Espargo/Travanca” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 16/02/2016; -----
  - E-mail do membro Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo quatro requerimentos subordinados aos assuntos “Supressão de passadeiras para peões e existência de barreiras arquitetónicas”, “Autarquia não afixou apólice de seguro nos locais de trabalho”, “Esclarecimentos sobre o funcionamento da empresa municipal Feira Viva, Cultura e Desporto, EM” e “Autocarro da Transfeira com os pneus carecas”; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, quatro requerimentos apresentados pelo membro Moisés Ferreira, subordinados aos assuntos “Supressão de passadeiras para peões e existência de barreiras arquitetónicas”, “Autarquia não afixou apólice de seguro



- 
- nos locais de trabalho”, “Esclarecimentos sobre o funcionamento da empresa municipal Feira Viva, Cultura e Desporto, EM” e “Autocarro da Transfeira com os pneus carecas”; --
- E-mail da deputada municipal Margarida Gariso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, requerendo o agendamento, para esta sessão da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2016, do assunto “Estratégia e Plano de Ação para o Europarque”; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Vereador do Pelouro de Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde, remetendo exposição endereçada por sócio-gerente da empresa OPS Transportes, Unipessoal, Lda., sobre o assunto “Sinal de trânsito na Rua Cinquenta, freguesia de Nogueira da Regedoura”, solicitando informação sobre o assunto exposto no sentido de dar a devida resposta; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de fevereiro de 2016; -----
  - E-mail da deputada municipal Adriana Cardoso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando a suspensão do seu mandato de membro desta Assembleia Municipal, no período entre 28 de janeiro e 30 de junho de 2016, para o exercício de maternidade, em virtude de ter sido mãe no dia 28 de janeiro de 2016;-----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, que se realizou no passado dia 22 de fevereiro de 2016;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, relativo a adenda à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de fevereiro de 2016; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, de adenda à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de fevereiro de 2016;-----
  - E-mail da deputada municipal Carla Pereira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2016, devido a trabalhos no âmbito do doutoramento que está a realizar, solicitando a sua substituição na sessão, ao abrigo das disposições legais; -----
-



- E-mail de Telmo Gomes (cidadão seguinte na lista eleitoral do Partido Socialista), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2016, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição na sessão, nos termos legais;-----
- Ofício da Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 8 de fevereiro de 2016;-----
- E-mail do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fiães – António Valdemar Ribeiro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2016, delegando a sua representação no Vogal daquele Executivo – Manuel Pinho;-----
- E-mail do membro António Topa, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2016, por motivos familiares, solicitando a sua substituição na sessão, nos termos legais e regimentais;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Moisés Ferreira, através de requerimento sobre o assunto “Autocarro da Transfeira com os pneus carecas” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 25/02/2016;---
- E-mail do membro António Domingues Pereira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2016, por motivos profissionais, solicitando lhe seja relevada a falta e ser substituído na sessão, nos termos legais e regimentais;-----
- E-mail do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Coimbra, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2016, delegando a sua representação no Secretário daquele Executivo – Manuel Pereira dos Santos;-----
- E-mail do membro Casimiro Pinho, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2016, por motivos pessoais, solicitando lhe seja relevada a falta e ser substituído na sessão, nos termos legais e regimentais;-----



- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Moisés Ferreira, através de requerimento sobre o assunto “Esclarecimentos sobre o funcionamento da empresa municipal Feira Viva, Cultura e Desporto, EM” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 26/02/2016; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Moisés Ferreira, através de requerimento sobre o assunto “Autarquia não afixou apólice de seguro nos locais de trabalho” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 26/02/2016; -----
- Diversos jornais e revistas.”-----

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, deu nota da existência de uma recomendação apresentada pelo PS, quatro moções apresentadas pelo BE e três moções e uma proposta apresentadas pela CDU – que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão para serem apreciadas nesta sessão e que, entretanto, foram enviados, por correio eletrónico, aos membros da Assembleia.- Informou que concederia a palavra aos proponentes dos referidos documentos para fazerem a apresentação dos mesmos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre esses documentos. -----

Interveio o membro *Daniel Gomes* (PS) para apresentar a recomendação cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

#### “DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO AOS ELEITOS -----

Entendemos que os documentos sujeitos a análise, discussão e votação, apresentados nos órgãos autárquicos, sempre que possível, devem plasmar a informação pormenorizada para que os eleitos a possam avaliar ajuizada e criteriosamente. Assim espera-se do Executivo, nada mais do que a disponibilização dessa informação, mesmo que esta possa ser consultada por outros meios. -----

Consideramos particularmente pertinente, pela facilidade de consulta e análise proporcionadas



aos Eleitos da Assembleia Municipal, a inclusão de dois elementos adicionais na tabela dos bens e serviços adquiridos pelo Município de Santa Maria da Feira. Trata-se, pois, de ir para além da mera legalidade formal, apresentando de forma completamente transparente e clara um conjunto de informações relevantes para a análise política do documento em causa.-----

Assim, a Assembleia Municipal reunida a 26 de fevereiro de 2016, recomenda à Câmara Municipal:-----

- Que nos documentos informativos da situação financeira, de onde constam os bens e serviços adquiridos pelo Município, passe a constar a forma de adjudicação e a entidade a quem se adjudicou a respetiva aquisição.”-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) para apresentar as moções cujos teores, seguidamente, se transcrevem:-----

“CRIAÇÃO DE CONDIÇÕES PARA UM MELHOR FUNCIONAMENTO DO ACES FEIRA-AROUCA-----

O Agrupamento de Centros de Saúde Feira-Arouca serve uma população de mais de 170 mil pessoas, incluindo-se nestas todos os habitantes em Santa Maria da Feira.-----

Os cuidados de saúde primários são essenciais no Serviço Nacional de Saúde porque são uma porta de entrada no sistema, porque permitem um acompanhamento regular e permanente dos utentes, porque têm uma vertente de prevenção que é fundamental, porque têm uma maior proximidade com as pessoas e com a comunidade e porque podem lançar inúmeros projetos dirigidos a públicos específicos que permitem a promoção da saúde, o combate e controlo de doenças.-----

Nesse sentido, é essencial o reforço dos cuidados de saúde primários. Para que esse reforço se torne efetivo é preciso dotar as instituições das pessoas e dos recursos humanos necessários. -- No caso do ACES Feira-Arouca, é necessária a contratação e colocação de enfermeiros, de médicos e de outros profissionais como, por exemplo, psicólogos. É necessária a aquisição de viaturas de forma a permitir os cuidados domiciliários, assim como é necessário o apoio e a reativação de projetos como o Gabinete de Atendimento à Saúde Juvenil.-----

Neste ACES faltam cerca de 40 enfermeiros, sendo urgente a colocação de profissionais de enfermagem em locais como a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Mozelos ou a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Sul.-----

É ainda necessária a contratação de médicos e outros profissionais de saúde como psicólogos



(condição essencial para a reativação do GASJ) e técnicos de diagnóstico e terapêutica, de forma a poder reforçar e alargar as valências e os serviços prestados, nomeadamente a execução de meios complementares de diagnóstico. -----

Fundamental também é a aquisição de viaturas para prestação de cuidados ao domicílio. A frota do ACES é insuficiente e muito velha, obrigando o Agrupamento a gastar dezenas de milhares de euros em táxis, quando a solução mais simples, eficaz e mais barata, passava mesmo pela aquisição de novas viaturas.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 26 de fevereiro de 2016, delibera: -----

1 – Manifestar a necessidade de contratação e colocação de profissionais de saúde no ACES Feira-Arouca, assim como a necessidade de aquisição de viaturas para prestação de cuidados ao domicílio;-----

2 – Manifestar ainda a necessidade de reativar projetos encerrados, como é o caso do Gabinete de Apoio à Saúde Juvenil;-----

3 – Enviar a presente moção ao Governo, através do Ministério da Saúde, assim como a todos os grupos parlamentares com assento da Assembleia da República.”-----

-----  
“DIA INTERNACIONAL DA MULHER -----

Comemora-se, no próximo dia 8 de março, mais de um século sobre a celebração do Dia Internacional da Mulher, proclamado em 1911 como homenagem às 128 grevistas da fábrica Cotton, em Nova Iorque, assassinadas pela polícia porque decidiram defender os seus direitos. O 8 de Março tornou-se um símbolo da luta pela emancipação cívica e social da mulher, pelo direito de voto e por uma democracia sem discriminações, por melhores condições de vida e de trabalho e contra as guerras que têm consumido milhões de vidas humanas. -----

Apesar dos avanços registados no último século e do papel ocupado, por direito próprio, na sociedade, a luta pela afirmação da igualdade coloca novos desafios no mundo do trabalho, da política, na vida doméstica e familiar, etc. As mulheres continuam a ser as primeiras vítimas do desemprego, dos baixos salários, da pobreza e de violência, a todos os níveis.-----

Assim, a celebração do 8 de Março, permanece um marco na luta pela emancipação integral da mulher, ou seja, de toda a humanidade. -----

Alguns problemas que sempre afetaram as mulheres ganharam maior visibilidade. Entre estes,

---



destacamos o assédio sexual nos locais de trabalho e a violência conjugal, que todos os anos assassina dezenas de mulheres no nosso país. -----

Continua a registar-se uma desigualdade inaceitável no mercado de trabalho: as mulheres são as que mais sofrem com o desemprego, são as que menos ganham e são as que menos oportunidades têm de aceder a lugares de topo ou de chefia. -----

A dupla ou tripla jornada de trabalho a que estão sujeitas, associadas aos estereótipos de género que ainda subsistem, prejudicam de forma gravíssima a participação social e política das mulheres. -----

O dia 8 de Março não é apenas a celebração ou a recordação de uma efeméride. O dia 8 de Março é uma declaração de luta pela igualdade. Essa luta terá que ser contínua e permanente, derrubando, um a um, os muros que ainda oprimem e discriminam as mulheres na nossa sociedade. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 26 de fevereiro de 2016, delibera: -----

1 – Saudar o aniversário do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, comprometendo-se a lutar para que se atinja a igualdade plena entre homens e mulheres e para que se erradique a violência de género na sociedade.” -----

“ESTERILIZAÇÃO DE ANIMAIS ERRANTES E DOMÉSTICOS -----

Considerando que: -----

1 – Em Portugal tem sido seguida, salvo honrosas exceções, uma política de erradicação de cães e gatos errantes que se baseia no abate anual de dezenas de milhares de animais que dão entrada nos canis/gatis e centros de recolha oficiais, no seguimento do abandono pelos donos ou que nascem já nas ruas. -----

2 – Este abate é eticamente condenável, porque retira aos animais aquilo que lhes é mais valioso – a vida –, e porque não é para os humanos a única forma de lidar com esta situação. --

3 – O abate dos animais quando existem outras soluções cria na esfera das relações entre as pessoas e os seus animais o parêntesis da sua desvalorização como seres possuidores de interesses, necessidades e vida, banalizando a violência para com eles e para com outros seres humanos, colocando-nos como uma sociedade mais atrasada, que não consegue respeitar os animais com os quais decidimos partilhar as nossas vidas. -----



*Handwritten signature and initials*

4 – A política de erradicação implementada não resolve os problemas de reprodução e abandono existentes pois o abandono, a rapidez de reprodução de animais não esterilizados, em casa dos donos ou na rua, a venda impulsiva de animais e a falta de adoção superam as sucessivas mortes provocadas no conjunto dos animais errantes. -----

5 – A prática da esterilização para reduzir a sobrepopulação de cães e gatos é uma opção mais eficaz e economicamente menos dispendiosa face ao custo verificado com as recolhas, alimentação, eutanásia e incineração. -----

6 – Não existem campanhas de esterilização gratuita de animais no concelho de Santa Maria da Feira. -----

7 – Ainda recentemente foi detetado um surto de esgana no canil intermunicipal da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria. -----

8 – Este canil é conhecido por ser essencialmente um canil de abate, ou seja, onde os animais recolhidos são abatidos poucos dias depois de lá darem entrada. -----

9 – O canil encontra-se sobrelotado, pelo que sempre que são recolhidos novos animais, outros são abatidos para libertar espaço. -----

O Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida em sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2016, delibere: -----

A criação de um posto móvel para efetuar esterilizações e tratamentos de cães e gatos, com atendimento prioritário nos locais onde possa existir um maior número de animais negligenciados/abandonados, trabalhando com as associações e grupos de proteção dos animais do concelho, clínicas veterinárias e outras entidades da sociedade civil para o lançamento e manutenção desta estrutura.” -----

-----  
“REMUNICIPALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO -----

A concessão da água a privados no concelho de Santa Maria da Feira, transformou-se num autêntico martírio para os feirenses. O aumento do tarifário da água e do saneamento, a invenção de taxas que não têm qualquer explicação, a cobrança pela ligação aos ramais ou a ausência de um tarifário social são alguns exemplos de um negócio que só tem representado custos acrescidos para os consumidores e lucros abusivos para a Indaquá. As faturas da água e saneamento são uma tortura para os utentes, mas uma verdadeira fartura para a empresa concessionária e dos seus acionistas. -----



Todos os meses sai um verdadeiro euromilhões à empresa concessionária das águas e saneamento no concelho. Mas por vezes, para além do euromilhões, os acionistas ainda têm direito a jackpot especial, como aconteceu recentemente. A Mota-Engil vendeu a participação de 50,06% que detinha na Indaqua, a uma empresária israelo-americana por 60 milhões de euros. É do conhecimento de todos que a outra empresa que detém as restantes participações é a alemã Talanx que possui 49,94% do capital da Indaqua. -----

Enquanto a água for um negócio, servir para comprar e vender empresas e distribuir lucros por acionistas, o seu preço não baixará e não está garantido o acesso deste bem essencial a todas as pessoas. A solução passa por algo simples: impedir o negócio que alguns querem fazer com um bem público e essencial à vida. -----

Os deputados do Parlamento Europeu aprovaram em setembro do ano passado, na reunião plenária de Estrasburgo, o Relatório sobre o seguimento da Iniciativa de Cidadania Europeia “Right2Water” (direito à água), da autoria da deputada irlandesa Lynn Boylan do Sinn Féin, que recolheu 1.884.790 assinaturas, oriundas de todos os Estados-Membros. -----

Os subscritores exigiam que as instituições europeias e os Estados-Membros fossem obrigados a assegurar que todos os habitantes gozem do direito à água e ao saneamento; que o abastecimento de água e a gestão dos recursos hídricos não fossem sujeitos a “regras do mercado interno” e que os serviços hídricos fossem excluídos da liberalização; bem como uma intensificação de esforços da UE para alcançar o acesso universal à água e ao saneamento. -----

Sob o mote: “A água e o saneamento são um direito humano! A água não é um bem comercial, mas um bem público!”, o relatório foi votado favoravelmente, derrotando as pretensões do PPE, que afirmava estar o mesmo em contradição com os programas de privatização impostos a alguns Estados-Membros pela Troika”, mas todas elas foram, chumbadas e o Relatório aprovado. -----

Já em 2010, a Assembleia Geral da ONU declarava que “o acesso à água limpa e segura e ao saneamento básico são direitos humanos fundamentais” ao aprovar uma resolução na sede das Nações Unidas em Nova Iorque. A resolução recebeu 122 votos a favor, nenhum contra e 41 países abstiveram-se. -----

Considerando que o negócio coloca em causa a defesa do interesse público e tomando também por base estas deliberações internacionais e porque consideramos que a água nunca



pode ser um produto a mercantilar, o BE propõe a remunicipalização da água e do saneamento, passando a sua gestão para os serviços públicos municipais em Santa Maria da Feira. -----

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida em sessão ordinária no dia 26 de fevereiro de 2016, delibera: -----

Iniciar o processo de remunicipalização do Abastecimento de Água e Saneamento de Santa Maria da Feira, anulando o contrato de concessão com a Indagua.” -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) para apresentar os documentos cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

“MOÇÃO: DIA INTERNACIONAL DA MULHER – 8 DE MARÇO -----

Considerando: -----

- A constatação de que as mulheres eram as mais pobres e exploradas, entre os explorados, levou a que, em 1910, Clara Zetkin tenha proposto, numa conferência internacional de mulheres realizada em Copenhaga que, todos os anos, se dedicasse um dia de celebração das lutas heroicas das mulheres pelo direito a um trabalho digno e em igualdade com os homens, bem como se reclamasse o direito ao voto e a uma vida sem discriminações; -----
- Em vários países, em 1911, o Dia Internacional da Mulher viria a ser celebrado pela primeira vez e, a partir de 1975, é a própria ONU que, declara o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher; -----
- As comemorações do 8 de Março continuam a ser fundamentais para homenagear as mulheres que lutaram e lutam pelos seus direitos, contra a discriminação, reclamando a exigência das condições necessárias para que tenham uma vida digna. -----

Hoje, constatamos que: -----

- A população feminina continua a ser a mais afetada pelo desemprego (57,02% dos desempregados registados no distrito de Aveiro, em dezembro de 2015, segundo dados oficiais) e, nos últimos anos, as mulheres têm sido as principais vítimas da perda de direitos; --
- A dificuldade no acesso aos cuidados de saúde, nomeadamente à saúde sexual e reprodutiva, o aumento das taxas moderadoras e dos preços de medicamentos e a alteração, ou desaparecimento, das participações são questões fundamentais, que as atingem particularmente, ao que não é alheia a redução do número de médicos e enfermeiros, a



restrição de exames complementares de diagnóstico, mesmo os indispensáveis, como mamografias, citologias, ecografias mamárias e densitometrias ósseas;-----

• O aprofundamento, a que se vem assistindo, do aumento da pobreza e da exclusão social, de todas as formas de violência, incluindo a violência doméstica, da prostituição e do tráfico de pessoas, dos problemas das pessoas imigrantes, refugiadas ou com deficiência, que têm atingido, de forma mais dramática as mulheres, colocando-as, ainda mais, numa situação de vulnerabilidade e desigualdade.-----

Assim, e porque se aproxima o Dia Internacional da Mulher, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 26 de fevereiro, não podia deixar de se associar a esta comemoração, pelo que delibera:-----

1 - Saudar todas as mulheres, de Portugal e do mundo, celebrando o Dia Internacional da Mulher, homenageando a sua luta; -----

2 - Exortar todas as mulheres para que, à semelhança das que há mais de 100 anos saíram às ruas, em defesa dos seus direitos, continuem essa luta pela plena igualdade, em todas as circunstâncias da sua vida, seja no espaço público, seja no privado;-----

3 - Reclamar um rumo novo que vise a promoção de medidas, no plano político, económico e social, que concretizem a igualdade de direitos entre mulheres e homens.-----

Aprovada a Moção a mesma deverá ser publicada nos jornais locais.”-----

-----  
“MOÇÃO: O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2016 E AS AUTARQUIAS LOCAIS -----

Considerando que a proposta de OE para 2016:-----

• Elimina alguns constrangimentos à gestão autónoma dos recursos próprios das autarquias locais, designadamente no domínio da gestão do pessoal ao seu serviço, e minimiza outros, como aspetos relacionados com a execução da lei dos compromissos ou com a consignação forçada de algumas receitas; mantém um quadro geral de deveres de informação e um regime sancionatório próprios do exercício de tutelas de mérito e integrativa que a Constituição da República expressamente veda;-----

• Persiste no crónico incumprimento da Lei das Finanças Locais, avaliado em cerca de 300 milhões de euros às autarquias, tão mais incompreensível quanto a abrupta redução das receitas a que foram sujeitas, quer com a imposição da nova Lei de Finanças Locais, quer com os cortes impostos desde 2011. -----



A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 26 de fevereiro 2016, delibera: ---

1.º Saudar e valorizar as disposições que visam eliminar ou minimizar alguns dos constrangimentos à autonomia do poder local, designadamente quanto à eliminação de consignações e as restrições à contratação de pessoal; -----

2.º Condenar o prosseguimento da sonegação dos recursos que a Constituição e a Lei atribuem às autarquias locais e reclamar o cabal respeito pela Lei das Finanças Locais; -----

3.º Reclamar medidas urgentes que ponham fim às mais diversas formas de tutela não estritamente inspetiva e reponham um quadro conforme ao regime de autonomia prescrito pela Constituição da República.” -----

-----  
“MOÇÃO: PELO FIM DAS PORTAGENS NA A29-----

Considerando que: -----

- A Área Metropolitana do Porto padece das consequências das opções políticas de concentração de serviços públicos nos grandes centros urbanos e seu encerramento nos mais pequenos, sendo disso exemplo as políticas centralizadoras a nível da saúde, da educação ou da justiça; -----

- Grande parte da população da Área Metropolitana tem o seu posto de trabalho fora do seu concelho de residência, constituindo o preço das portagens um custo acrescido e muitas vezes insuportável sobre as famílias, condicionando, não raras vezes, à sua deslocalização para fora do concelho; -----

- A EN1/IC2, assim como a EN109, com dezenas de passadeiras, semáforos, rotundas e abundantes troços sem passeios obriga a velocidades muito reduzidas e não constitui nem constituirá uma alternativa viável ao percurso da A29, acarretando perigos para os peões e moradores da envolvente da via; -----

- A deslocalização do tráfego para as estradas nacionais e municipais constituiu, antes, uma sobrecarga para as autarquias responsáveis pela sua manutenção, não sendo de ignorar que o aumento de veículos pesados nestes troços leva à sua deterioração acelerada; -----

- Os dados mais recentes, agora tornados públicos, das forças de segurança – GNR e PSP – sobre a sinistralidade no Distrito de Aveiro indicam que o número de vítimas mortais nas estradas da região aumentou 207% num só ano, sendo que todos os estudos e as próprias autoridades apontam para uma relação direta entre o aumento do trânsito rodoviário nas

---



estradas nacionais que se seguiu à cobrança de portagens nas ex-SCUT e o crescimento exponencial de acidentes e de vítimas;-----

- O benefício da circulação de veículos nas autoestradas não se limita aos seus utilizadores diretos, sendo benéfica para as populações e para as empresas como um todo ao aproximar as localidades, em especial as mais isoladas; ao tornar os serviços públicos mais acessíveis; ao facilitar a mobilidade de mercadorias; ao evitar a circulação desnecessária de veículos em troços urbanos, especialmente os veículos pesados, com os consequentes custos de manutenção e de segurança para as populações, em especial as crianças.-----

Nestes termos a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 26 de fevereiro de 2016, delibera: -----

- 1 - Pronunciar-se pela imediata eliminação das portagens existentes na A29;-----
- 2 - Pronunciar-se pelo desenvolvimento de um processo de extinção das atuais Parcerias Público-Privadas, recorrendo aos mecanismos legais e contratuais que, conforme a situação aplicável, garantam da melhor forma a salvaguarda do interesse público; -----
- 3 - Enviar esta moção aos órgãos de comunicação social locais e nacionais, aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, ao Ministério da Administração Interna e ao Primeiro-Ministro.”-----

-----  
“PROPOSTA: CIDADE AMIGA DAS CRIANÇAS – SANTA MARIA DA FEIRA -----

O programa “Cidades Amigas das Crianças” foi lançado pela UNICEF em 1996, integrando já várias cidades portuguesas. Tem como objetivo maior melhorar a qualidade de vida das crianças no presente, reconhecendo e realizando os seus direitos, contribuindo, assim, para o progresso das comunidades. Este programa preconiza, ainda, o desenvolvimento e a adoção de uma política coordenada para a infância e adolescência, que potencie a articulação entre todos os setores municipais e o estabelecimento de parcerias com instituições e entidades da comunidade que trabalham com e para as crianças. -----

Uma Cidade Amiga das Crianças incorpora a Convenção sobre os Direitos das Crianças ao nível local, o que na prática significa que os direitos dos cidadãos mais jovens estão refletidos nas políticas, programas e orçamentos. Numa Cidade Amiga das Crianças, as crianças são agentes ativos, as suas opiniões são tomadas em consideração e influenciam os processos de decisão. -----



A adesão a este programa será uma excelente oportunidade de se relançar o debate sobre a qualidade de vida das crianças e potenciadora de contributos que visem este objetivo, tornando certamente o município feirense um concelho mais democrático, solidário e melhor para se viver. Salientará a “marca” do município como inovadora socialmente, fazendo parte de um programa que a todos orgulhará e para o qual muitos outros sentirão prazer em contribuir. -----

Com esta proposta, pretende-se que o município feirense integre, com a cidade de Santa Maria da Feira, a rede de “Cidades Amigas das Crianças”. Salienta-se o facto de que as candidaturas a este programa estão abertas para as cidades portuguesas até ao próximo dia 1 de março. -----

Por iniciativa do grupo municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 26 de fevereiro de 2016, propõe que o Município de Santa Maria da Feira se candidate ao programa Cidade Amiga das Crianças.” ---

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que, começando pelas moções apresentadas pelo BE, aludiu à moção sobre o ACES Feira/Arouca para dizer que o CDS-PP reconhece que os cuidados primários são essenciais e são o sustentáculo do Serviço Nacional de Saúde, ou que pelo menos assim deveria ser. Disse que o ACES Feira/Arouca tem algumas limitações, que falou-se da falta de médicos, enfermeiros e outros técnicos de saúde, bem como que os recursos existentes para servir esses profissionais são exíguos, nomeadamente ao nível dos transportes, comentando que os médicos e enfermeiros utilizam, muitas vezes, o seu veículo próprio para se deslocarem para poderem fazer face às necessidades dos utentes. Referiu que, por essas razões, votava favoravelmente a moção. -----

Em relação às duas moções sobre o Dia Internacional da Mulher, disse ser mais do que justo e mais do que significativo pelo que votaria a favor dessas moções, uma apresentada pelo BE e a outra pela CDU. -----

Sobre a moção a respeito da esterilização de animais errantes e domésticos, referiu querer corrigir que o canil intermunicipal não funciona como centro de abate, que faz a recolha de animais e que, inclusivamente, existem alguns protocolos celebrados com associações de apoio aos animais, comentando contudo que, nas situações de surto, não há outra solução. ----- Salientou que, independentemente dessa questão, o CDS-PP entende fundamental que haja a



possibilidade de esterilização, quer para animais errantes quer domésticos, até para controle do número de animais, frisando que essa prática já acontece em bastantes municípios e que seria interessante que fosse considerada em Santa Maria da Feira.-----

Em relação à moção sobre a remunicipalização do abastecimento de água e saneamento, disse concordar que a água e o saneamento são um direito humano, que a água não é um bem comercial mas sim um bem público, mas que também tinha de dizer que existem custos para que a água e o saneamento cheguem às pessoas, e que esses custos têm de ser assumidos. Sobre essa questão referiu que, quando não se tem dinheiro para pagar, tem de se concessionar e que foi isso que se fez em Santa Maria da Feira, frisando que a realidade é que a remunicipalização implicaria, neste momento, bem mais dano ao Concelho do que manter a presente situação. Disse que poderá ser pensada, no futuro, outra solução, mas que não lhe parece que fazer tacitamente o que está expresso na moção seja, neste momento, o ideal, pelo que a votaria contra. -----

Quanto à moção apresentada pela CDU a propósito do Orçamento de Estado para 2016 e as autarquias locais, disse que o CDS-PP considera interessantes algumas das situações mencionadas na moção mas que, no entanto, existem questões que os separam, pelo que se iria abster. -----

Em relação à moção pelo fim das portagens, disse que o CDS-PP concorda que foram nefastas para os municípios, que são nefastas para as pessoas mas que a verdade é que elas têm de ser pagas. Disse que, eventualmente, a forma como essas portagens foram concebidas é que foi errada, informando que não iria acompanhar essa moção.-----

Sobre a proposta no sentido de que o Município se candidate ao programa Cidade Amiga das Crianças, disse ser claramente a favor e que considerava que seria relevante para o Concelho e para o futuro deste.-----

Concluindo a sua intervenção e a propósito da recomendação apresentada pelo PS, disse que a votava favoravelmente porque, no entendimento do CDS-PP, é pertinente que haja lisura e abertura, por parte dos órgãos gestores, à informação e à disponibilização da mesma. -----

-----  
Interveio o membro *José Leão* (PSD) que começou por referir-se às moções apresentadas pelo BE dizendo, em relação à moção sobre a esterilização de animais errantes e domésticos, que, tal como dito pelo membro Válder Amorim, o canil intermunicipal não é um canil de

---



abate, salientando considerar incrível que, num momento em que existem tantas preocupações a ter com as pessoas, se queira um posto móvel para esterilizar os animais quando tal pode ser feito no canil, que tem veterinário e funcionários para o fazer. Deu nota que o grupo municipal do PSD iria votar contra essa moção. -----

Sobre a remunicipalização do abastecimento de água e saneamento disse terem sido exatamente os princípios da UNESCO, da ONU e de outras entidades que levaram a Câmara Municipal a concessionar a água e o saneamento para que, dessa forma, pudessem chegar a todas as pessoas, frisando que tal não seria possível sem a concessão. Fez sobressair que as atitudes ficam com quem as tomam e que falar-se da remunicipalização é não ter a mínima noção do que isso implica, informando do voto contra do grupo municipal do PSD a essa moção. -----

Em relação ao funcionamento do ACES Feira/Arouca disse que o grupo municipal do PSD é coerente e defende aquilo que sempre defendeu, salientando que não iria estar a politizar a Saúde por entender tratar-se de um tema importante demais para ser politizado. Referiu que o BE veio fazer um grande elogio ao Sr. Ministro da Saúde porque, agora, apoia o governo, mas que o grupo municipal do PSD não iria politizar esse assunto, pelo que iria votar essa moção com a abstenção. -----

Quanto às moções sobre o Dia Internacional da Mulher disse que o grupo municipal do PSD as votaria favoravelmente. -----

Sobre a moção da CDU relativa às portagens na A29, referiu que pode ser incómodo pagar mas que as coisas têm de ser pagas. Salientou que, tendo de ser pagas, ou são pagas por todos, mesmo por aqueles que não utilizam a autoestrada, ou são pagas somente por aqueles que a utilizam. Disse que, nessa medida, entende o grupo municipal do PSD que deve ser mantido o princípio do utilizador/pagador, comentando que as portagens são necessárias, que as coisas têm de ser pagas e que, caso não seja com o dinheiro proveniente das portagens, terá de ser com outro dinheiro. -----

Disse que o grupo municipal do PSD votaria favoravelmente a proposta relacionada com o programa Cidade Amiga das Crianças, salientando que a Câmara Municipal já está a tratar desse assunto desde junho passado e que a adesão de Santa Maria da Feira a esse programa é uma realidade, destacando que o Município foi dos primeiros a pedir esclarecimentos e que até forneceu informações sobre o projeto Jovem Autarca, para que este seja implementado



noutros municípios. -----  
Sobre a moção a propósito do Orçamento de Estado para 2016 e as autarquias locais, referiu que o grupo municipal do PSD não vai em engodos, comentando que o Orçamento de Estado não tem por onde se lhe pegue e que bastarão 4 ou 5 meses para que todos aqueles portugueses que ainda não perceberam venham a perceber o que é o Orçamento de Estado para 2016, e não somente em relação às autarquias locais. -----

Concluindo a sua intervenção, e a respeito da recomendação apresentada pelo grupo municipal do PS, destacou que a informação pedida está acessível a todas as pessoas no portal dos contratos públicos, no portal Base, pelo que pode ser consultada em qualquer instante, e que por essa razão o grupo municipal do PSD a votava contra. -----

Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que começou por dizer, em relação ao argumento dado pelo membro José Leão para votar contra a recomendação apresentada pelo PS, designadamente que a informação solicitada está disponível na internet, que se assim fosse a lei não obrigava a Câmara a fornecer a informação da situação financeira à Assembleia Municipal, comentando que, seguindo essa lógica, a Câmara não prestaria informação nenhuma. -----

Referiu que como a Câmara é obrigada a prestar a informação da situação financeira e como o grupo municipal do PS defende que essa deve ser prestada de uma forma clara, não percebe qual a razão para a Câmara não se dispor a prestar os dados solicitados na recomendação, comentando que a transparência não é o ponto forte do Executivo Permanente da Câmara. -----

Quanto às moções em apreço disse que o grupo municipal do PS acompanha as duas relativas ao Dia Internacional da Mulher, salientando que, como teve oportunidade de referir na última sessão da Assembleia a propósito da moção contra a violência doméstica, ainda há razões para continuar a festejar estes dias porque a igualdade ainda não é plena, embora muito caminho tenha sido feito no sentido de promover maior igualdade, nomeadamente do acesso da mulher a cargos profissionais de direção. Frisou que, no entanto, ainda há muito a fazer nessa matéria e que, lamentavelmente, ainda existem razões para comemorar o Dia Internacional da Mulher, reafirmando ansiar pelo momento em que não seja preciso celebrar este dia pelas razões que lhe estão subjacentes. -----

Relativamente à moção pela criação de condições para um melhor funcionamento do ACES



Feira/Arouca, disse estar mais do que comprovado que devido aos cortes cegos na área da Saúde, feitos pelo anterior governo, houve muitas mais mortes, muito pior qualidade dos serviços de saúde e mais difícil acesso aos mesmos por parte dos cidadãos. Salientou que na moção estão identificadas necessidades que vão ao encontro das carências da população, pelo que o grupo municipal do PS a votava favoravelmente. -----

Quanto à proposta de adesão ao programa Cidade Amiga das Crianças, deu nota do voto favorável do grupo municipal do PS pelas razões invocadas na mesma, dizendo que vão ao encontro de uma população muitas vezes esquecida, que são as crianças. -----

Sobre a moção pelo fim das portagens na A29, referiu que o grupo municipal do PS não a iria votar favoravelmente porque o governo anunciou estar a desenvolver um estudo que permita criar maior equidade, a nível nacional, na matéria das portagens, numa perspetiva de maior coesão social, pelo que entende que a moção é inoportuna e que é de aguardar por esse estudo que poderá apontar, eventualmente, para a eliminação de algumas portagens. -----

No que diz respeito à moção sobre o Orçamento de Estado para 2016 e as autarquias locais, referiu ser preciso manter o realismo e a coerência, destacando que o atual governo, apesar de decorrido pouco tempo desde que tomou posse, já tem feito reversão e apoiado uma série de direitos que tinham sido cortados aos cidadãos, nomeadamente aos reformados, aos funcionários públicos, e outros. Salientou não se pode reverter, de uma só vez, todo o processo de austeridade praticado nos últimos quatro anos porque isso poderia trazer consequências inoportáveis e pôr em causa o caminho que o governo pretende prosseguir, pelo que essa reversão tem de ser feita de forma equilibrada, fazendo notar que o grupo municipal do PS não iria votar favoravelmente essa moção. -----

Sobre a remunicipalização do abastecimento de água e saneamento, referiu que o grupo municipal do PS concorda com o argumentário da moção mas não acompanha as conclusões da mesma. Disse estar de acordo que o negócio da concessão foi altamente lesivo para o Município e para os cidadãos feirenses, destacando que isso mesmo foi dito pelo Tribunal de Contas e pela ERSAR e que é sentido pelos feirenses de cada vez que têm de pagar a fatura da água. Frisou que o preço da água vem sofrendo aumentos e, previsivelmente, vai sofrer muito mais porque a Câmara não seguiu o conselho da ERSAR no sentido de eliminar um estudo base que, através do processo da capitalização, vai dar origem a mais uma renegociação com o Município, da qual os consumidores vão sair novamente prejudicados. Disse concordar com



aquilo que o Tribunal de Contas defendeu na auditoria que realizou, ou seja, que este negócio é altamente lesivo e desequilibrado para uma das partes, designadamente o Município e os consumidores, saindo sempre a Indaqua altamente a ganhar, comentando que basta ver a facilidade com que os acionistas da Indaqua a venderam a estrangeiros para perceber que a água, como bem essencial que é, é um negócio altamente rentável.-----

Referiu que, apesar disso, o grupo municipal do PS não acompanha a moção do BE porque esta defende o terminar, no imediato, com o contrato da concessão, destacando que no seu entendimento é preciso saber, previamente, qual o custo que isso poderia representar para os feirenses.-----

Disse que, por essa razão, entende que deveria ser feita uma renegociação a sério, onde se analise até que ponto há condições para alterar o contrato, nomeadamente o estudo base que é lesivo para os feirenses, de modo a gerar melhores equilíbrios e impedir que os feirenses saiam sucessivamente prejudicados. -----

Concluindo a sua intervenção, a deputada municipal Margarida Gariso disse ser da opinião que um mal não se apaga com outro e que, portanto, entende ser preciso fazer esse estudo e avaliar os custos e benefícios de uma eventual renegociação para, depois disso, se decidir sobre aquilo que é melhor na defesa dos interesses dos municípios feirenses.-----

-----  
Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) para, a propósito do referido pelo membro José Leão sobre a recomendação apresentada pelo grupo municipal do PS, dizer que sabe muito bem que a informação está disponível para consulta no portal Base mas que, mesmo assim, questionava se vinha algum mal ao mundo caso essa informação passasse a constar no documento que é fornecido à Assembleia Municipal, comentando que esses elementos permitiriam efetuar uma avaliação muito mais ajuizada e rigorosa. -----

Recordou que, não há muito tempo, se falou do índice de transparência dos municípios e que esse índice mostra que as coisas, em Santa Maria da Feira, não estão muito bem, comentando que o membro José Leão corporiza plenamente a avaliação feita ao Município porque, perante uma informação que até está disponível, entende que a mesma deve ser sonogada. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Daniel Gomes realçou que esta situação até lhe dava vontade de perguntar ao membro José Leão se tinha alguma coisa a esconder. -----

---



Interveio o membro **José Leão** (PSD) que começou por dizer que gostava de saber como é que pode ser sonogada uma informação que está acessível a todas as pessoas, salientando que quem afirma isso está a tentar confundir as pessoas. -----

Referiu que, como disse na última sessão da Assembleia, o PS tem procurado novos slogans mas que o tiro tem-lhe saído pela culatra, comentando que durante algum tempo a crítica prendia-se com a dívida da Câmara, com os pagamentos atrasados que originavam uma perturbação na economia local, mas, depois, o executivo PSD conseguiu reduzir o prazo médio de pagamento do Município de mais de 200 dias para 17 dias, fazendo esfumar essa bandeira eleitoral. -----

A deputada municipal **Margarida Gariso** fez um aparte dizendo que foi para isso que o Município aderiu ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), ao que o membro **José Leão** retorquiu dizendo que o PAEL não diminuiu a dívida da Câmara, mas sim que transformou a dívida de curto prazo em dívida de longo prazo, e nada mais do que isso, destacando que para além de a Câmara estar a pagar as suas contas em 17 dias, tem conseguido, devido à boa gestão, baixar drasticamente a dívida, comentando que caso a Câmara não tivesse conseguido baixar a dívida não estaria a falar do assunto.-----

Salientou que, perante essa situação, o PS precisava arranjar outra bandeira e, como tal, virou-se para um assunto que, de igual modo, lhe saiu furado porque também já teve de dar a cambalhota, ressaltando que esse assunto ainda iria ser falado na presente sessão.-----

Concluindo a sua intervenção o membro José Leão reafirmou que o PS, estando a perder as bandeiras, veio agora falar da questão da transparência, chamando de sonegar informação a uma informação que está disponível a todas as pessoas. -----

Interveio o membro **Moisés Ferreira** (BE) que começou por dizer que o membro José Leão tinha tanto orgulho, nos anos anteriores, em apoiar um governo e os orçamentos desse governo que cortava pensões e salários, mas agora diz ser uma desgraça haver um orçamento que repõe pensões, que repõe salários, que aumenta a tarifa social, que aumenta o complemento solidário para idosos, que aumenta o rendimento social de inserção. Disse saber que o membro José Leão não defende esse modelo de sociedade e que, na sua opinião, aquilo que realmente chateia o membro José Leão é o PSD ter perdido o poder no governo, salientando, contudo, que essa foi uma grande notícia para a população portuguesa em geral.--



Em relação à questão das portagens e à afirmação do membro José Leão de que têm de ser pagas por quem utiliza as autoestradas, referiu ser melhor o membro José Leão tornar a ler os contratos de concessão uma vez não ser isso que eles dizem. Sublinhou que aquilo que os contratos referem é que o Estado e os contribuintes pagam quer passem carros nas autoestradas, quer não passem, pelo que a renda é garantida, frisando não ser usado o princípio do utilizador/pagador mas sim o princípio de dar renda aos privados. -----  
Disse que, ao contrário do que o PSD fazia nos anos anteriores, ou seja, fazer uma pseudo-oposição local para ganhar votos para as autárquicas e para ganhar os lugares nas câmaras mas, depois, aprovando tudo aquilo que o governo mandava, o BE não perde nenhum dos seus princípios nem nenhuma das suas propostas políticas. Frisou que aquilo que o BE defende nesta Assembleia Municipal é o mesmo que defende na Assembleia da República, pelo que acompanha a moção apresentada pela CDU e acompanha a intenção de acabar com as portagens nas ex-SCUT. -----

Sobre a questão da água disse concordar que as atitudes ficam com que as toma, sublinhando estar completamente descansado porque a atitude do BE é a de fazer com que a água não seja um negócio, é a de proteger os consumidores e os feirenses, quando a atitude defendida pelo PSD é a de proteger o negócio mesmo que isso prejudique os consumidores e os feirenses. ----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que votaria favoravelmente todas as moções apresentadas pelo BE bem como a recomendação apresentada pelo PS. -----

Referiu que iria dar uma especial atenção à moção sobre a remunicipalização do abastecimento de água e saneamento por entender estar mais do que na altura de se pensar na estratégia que o País tem em relação à água, chamando a atenção para aqueles que são os atuais acionistas da Indaqua, nomeadamente uma empresária de nacionalidade israelita e uma sociedade alemã. Disse que Israel é um país que percebeu, há mais de 50 anos, que a água é o petróleo do século XXI e que a Alemanha é precisamente o país que começou a reverter o processo da privatização da água porque percebeu que a privatização não funcionava, tal como não funcionou noutros países. -----

Sobre a proposta da CDU no sentido de Santa Maria da Feira aderir ao programa Cidade Amiga das Crianças, referiu querer descansar o membro José Leão dizendo-lhe que não existe

---



nenhuma rasteira política nesta matéria, comentando que se essa adesão já estava prevista nos documentos da Câmara Municipal, então que passou completamente despercebida à CDU. Frisou tratar-se de um programa que foi lançado em 1996 e que já integra várias cidades do País, ressaltando que se a Câmara de Santa Maria da Feira pretende, efetivamente, aderir ao mesmo, então que avance porque está mais do que na hora de o fazer. -----

Quanto à questão das ex-SCUT frisou que o membro Moisés Ferreira acabou por dizer tudo, ou seja, que o princípio praticado não é o do utilizador/pagador dado que os contratos estão feitos para que as empresas tenham sempre lucro, independentemente do número de carros que passem por aquelas vias rodoviárias. -----

Recordou que, na altura dessas concessões, dizia-se que haveria um crescimento de tráfego nessas vias mas que, em função da crise, verificou-se o oposto, destacando que o único aumento do tráfego deu-se nas vias municipais e regionais, traduzindo mais encargos para as câmaras municipais e menos encargos para essas concessionárias. -----

*Entretanto, entraram os membros Márcio Correia, Bernardino Couto, Luís Andrés Santos, Maria Manuela Teixeira e António Valdemar Ribeiro.* -----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, tendo notado a entrada na sessão do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fiães – António Valdemar Ribeiro, anunciou à Assembleia que daria sem efeito o pedido de substituição que o mesmo havia feito chegar à Mesa, no sentido de que se faria representar, nesta sessão, pelo vogal daquela Junta, Manuel Pinho, tal como havia anunciado no início da sessão. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter a votação os documentos apresentados, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– *Recomendação apresentada pelo membro Daniel Gomes (PS) intitulada “Disponibilização de informação aos Eleitos”*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor da recomendação (PS: 18, CDU, BE, CDS-PP) e 29 votos contra (PSD: 28, IND.), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----



5

Me

– *Moção apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Criação de condições para um melhor funcionamento do ACES Feira/Arouca”*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 23 votos a favor da moção (PS: 18, CDU, BE, CDS-PP, IND., PSD: 1 – José Carlos Silva) e 27 votos contra (PSD), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Moção apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Dia Internacional da Mulher”*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 50 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Moção apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Esterilização de animais errantes e domésticos”*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor da moção (PS: 18, CDU, BE, CDS-PP) e 29 votos contra (PSD: 28, IND.), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Moção apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Remunicipalização do Abastecimento de Água e Saneamento”*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor da moção (BE, CDU), 30 votos contra (PSD: 28, CDS-PP, IND.) e 18 abstenções (PS), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Moção apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU) intitulada “Dia Internacional da Mulher – 8 de março”*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 50 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se



dá aqui por transcrito. -----

-----  
- *Moção apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU) intitulada "O Orçamento de Estado para 2016 e as autarquias locais"*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor da moção (CDU, BE), 29 votos contra (PSD: 28, IND.) e 19 abstenções (PS: 18, CDS-PP), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
- *Moção apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU) intitulada "Pelo fim das portagens na A29"*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor da moção (CDU, BE), 30 votos contra (PSD: 28, CDS-PP, IND.) e 18 abstenções (PS), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
- *Proposta apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU) intitulada "Cidade Amiga das Crianças – Santa Maria da Feira"*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 50 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a proposta em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
De seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia*, uma vez não esgotado o tempo regimental estabelecido para este Período de Antes da Ordem do Dia, abriu as inscrições para o caso de algum membro querer colocar alguma questão à Câmara fora do âmbito dos documentos anteriormente discutidos. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Válder Amorim. -----

-----  
Interveio o membro *Válder Amorim* (CDS-PP) que começou por questionar à Câmara qual o ponto da situação em relação ao Parque Empresarial de Recuperação de Materiais (PERM) e em relação ao Pavilhão de Mouselos. -----



Quanto às vias rodoviárias, questionou para quando a marcação daquelas que já estão repavimentadas, sublinhando que seria importante perceber para quando está preconizada essa intervenção. -----

Questionou, ainda, para quando a repavimentação da via Romariz/Arrifana, dizendo que esse assunto já foi falado, em dezembro de 2014, na própria Assembleia de Freguesia mas que, decorrido este tempo, essa via ainda não foi intervencionada, em prejuízo dos munícipes daquela zona do Concelho, especialmente os das freguesias de Romariz, Milheirós de Poiares e Arrifana. -----

Concluindo, questionou qual o ponto da situação sobre o levantamento dos telhados com amianto, bem como das estruturas que estão em más condições. -----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que começou por dizer que queria questionar diretamente à Câmara qual a razão para não incluir no quadro referente à listagem de obras e fornecimentos adjudicados, na informação que presta à Assembleia Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município, a forma de adjudicação e a entidade a quem foi adjudicado. -----

Salientou, de seguida, que não se deu nenhum milagre económico nos últimos dois anos, explicando que o que se passou foi uma cobrança elevada de impostos municipais aliado a uma reduzida prestação de serviços, daí resultando um excedente que foi aplicado na redução da dívida da Câmara. -----

Interveio o membro **Moisés Ferreira** (BE) que começou por dizer que foi feito um abate de árvores no Europarque e que esse abate é paradoxal com o anúncio feito pela Câmara de que pretende criar ali uma zona verde, questionando qual a justificação para esse abate. -----

Disse que a segunda questão prende-se com o estado dos autocarros do serviço Transfeira, salientando que foi notícia que os mesmos circulam sem condições de segurança, nomeadamente com os pneus completamente carecas. Referiu que o BE questionou a Câmara Municipal sobre esse assunto e que esta respondeu sacudindo a água do capote, dizendo ser um assunto da Autoviação Feirense e que compete às autoridades fazer a devida fiscalização. Salientou que, perante essa resposta, questiona à Câmara, como concedente do serviço à Autoviação Feirense, se não tem nada a dizer sobre o assunto e se não se preocupa com as



condições com que os autocarros circulam. -----

Prosseguiu aludindo ao Pavilhão de Fiães para dizer que, mesmo depois das obras e das intervenções nele realizadas, continua a chover dentro do mesmo, questionando quanto é que custaram essas intervenções e a quem vai ser assacada a responsabilidade por continuar a chover dentro do Pavilhão. -----

Passando a outra questão, disse que o BE questionou à Câmara sobre o uso de glifosato no território, tendo a Câmara Municipal respondido que a SUMA utiliza glifosato na limpeza urbana. Frisou tratar-se de um herbicida altamente cancerígeno e com repercussões gravíssimas na saúde das pessoas, havendo uma relação grande entre esse herbicida e um dos linfomas mais comuns que afetam a população. Referiu que, no ano passado, foram utilizados 838 litros de glifosato no Concelho, pelo que perguntava à Câmara Municipal se iria interceder junto da SUMA para que esta deixasse de utilizar esse herbicida. -----

Interveio a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) que, aludindo às obras que estão a ser feitas na estrada de Lourosa, questionou se a Câmara prevê realizar uma 2.<sup>a</sup> fase que resolva os problemas que se encontram naquela estrada, dizendo querer acreditar que a Câmara Municipal já não se atreve a fazer construções completamente ilegais. -----

Interveio o membro **Filipe Moreira** (CDU) que começou por dizer que, nos últimos anos, tem aumentado a atividade noturna no centro da cidade de Santa Maria da Feira, mas que também se tem assistido a uma degradação do centro histórico, havendo edifícios devolutos e algumas zonas parcialmente abandonadas, questionando à Câmara Municipal se tem um plano para revitalizar o centro histórico da Cidade. -----

Questionou, também, se estão previstas ser intervencionadas, em 2016, escolas ou edifícios escolares que tenham telhados de fibrocimento. -----

No respeitante à rede viária disse que, apesar de alguns avanços, ainda existe um atraso muito grande das obras, questionando, em relação a uma via em Arrifana que disse estar com o piso rasgado há algum tempo, para quando a resolução desse problema, perguntando ainda se a rotunda na EN 109-4, em Fornos, é para avançar. -----

Seguidamente, usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara em exercício** para dar os devidos



esclarecimentos, face às questões colocadas. -----

Sobre as questões levantadas pelo membro Válder Amorim explicou, quanto à situação do PERM, que o mesmo está em fase de acabamento e que estão a ser pedidas as vistorias às entidades competentes para que, depois disso, as obras de loteamento sejam recebidas e para que as empresas se possam instalar naquele parque empresarial. Disse que já terão entrado, na Câmara Municipal, cinco pedidos de licenciamento de instalações a localizar no PERM. -----

Frisou que a conclusão do PERM está por dias, informando haver alguns problemas de eletricidade que estão a ser resolvidos com a EDP, dando nota da existência de um protocolo celebrado com a EDP para evitar que os armários sejam vandalizados e roubados, pelo que esses armários vão sendo colocados à medida que forem sendo solicitadas ligações. -----

Quanto ao Pavilhão de Mozelos disse ser sabido que essa obra foi suspensa, que houve uma negociação com o empreiteiro que a iniciou e que a Câmara procedeu a uma rescisão do contrato. Salientou que, entretanto, as obras da substituição dos solos já se iniciaram, dizendo julgar que a curto prazo essa substituição fique concluída possibilitando que, no decorrer do próximo mês, estejam reunidas as condições para a Câmara lançar a concurso toda a obra desse Pavilhão, com o projeto devidamente adaptado. -----

Em relação à questão feita pelo membro Daniel Gomes sobre qual o problema para a Câmara não fornecer os elementos solicitados na informação da situação financeira que presta à Assembleia Municipal, disse não haver problema nenhum mas que a Câmara recusa-se a fazer de secretária do PS, ou seja, recusa-se a dar trabalho aos técnicos da Câmara para que o PS tenha a informação tal e qual a pretende. Fez sobressair que os dados solicitados são públicos, que estão disponíveis para qualquer cidadão do país e do mundo através do portal Base, pelo que o PS terá de fazer o seu trabalho de casa porque tem a informação que pretende à distância de um clique. Sublinhou que a Câmara Municipal fornece mais elementos do que aquilo que a lei lhe obriga mas que não é obrigada a fazer o trabalho de casa do PS para, depois, este usá-la para fazer o seu combate político, reafirmando que terá de ser o PS a fazer o seu trabalho de casa e a pesquisar a informação que pretende. -----

No que respeita às questões colocadas pelo membro Moisés Ferreira, referiu perceber a preocupação quanto ao abate de árvores feito no Europarque, ressaltando, contudo, que a grande parte das árvores abatidas eram árvores infestantes, sem nenhum valor em termos de espécie arbórea, destacando que as zonas onde o abate foi maior foi junto aos edifícios devido



à questão da faixa de gestão de combustível. Informou que esse abate ocorreu na sequência de um negócio que a AEP fez, antes de entregar os terrenos à Câmara, com um credor para pagar dívidas que tinha, acrescentando a AEP tinha a intenção de promover ao corte de todas as árvores à volta do Europarque mas que a Câmara ainda conseguiu impedir esse negócio. -----  
Frisou que a Câmara vai fazer plantação de árvores em alguns sítios específicos, mas de forma a não causar problemas na faixa de gestão de combustíveis, junto dos edifícios, fazendo notar que a zona junto ao hotel IBIS e ao edifício do Visionarium está sem arvoredo precisamente devido à faixa de gestão de combustível, de 50 metros ao redor dos edifícios. ----  
Quanto à questão dos pneus carecas dos autocarros da Autoviação Feirense, disse que a falta de segurança no transporte das crianças é um assunto que preocupa sempre a Câmara, mas que esse é um caso de polícia. Referiu que apesar de a Câmara poder verificar pontualmente se as viaturas estão, ou não, em condições, não tem de o fazer a toda a hora, reafirmando que essa fiscalização é da competência das autoridades policiais. -----  
Sobre o Pavilhão de Fiães, disse não ser verdade que continua a chover no pavilhão. Referiu ser verdade que chovia, que houve um problema na cobertura do pavilhão e havia pingas de água que caíam no recinto de jogo mas que, entretanto, essas situações foram resolvidas. Esclareceu que o problema que existe tem a ver com as condensações, com a diferença de temperatura entre o exterior e o interior do pavilhão, originando condensações que tornam o piso escorregadio. Sobre isso, disse julgar que já terão sido colocados, naquele pavilhão, equipamentos de insuflação de ar quente para atenuar esse problema, pelo que o problema poderá estar resolvido. -----  
Sobre a questão relativa à utilização de glifosato, disse desconhecer se a SUMA usa, ou não, esse herbicida, ressaltando que a Câmara iria averiguar. -----  
Em relação à questão colocada pela deputada municipal Lia Ferreira quanto a uma estrada de Lourosa, disse deduzir que a mesma se estivesse a referir à Rua João Paulo II, que está a ser requalificada. Referiu não saber quais são os problemas a que se refere a Lia Ferreira, destacando que a requalificação daquela rua está a ser feita de acordo com o projeto, que prevê o cumprimento da lei das acessibilidades, informando estar previsto que todas as zonas de passeadeiras estejam sobrelevadas e que a acessibilidade seja garantida em qualquer ponto. Disse esperar que, no final da obra, não existam problemas mas que, caso existam, serão corrigidos, pedindo à deputada municipal Lia Ferreira que, caso tivesse detetado alguma falha



em concreto, dissesse qual, comentando ser vago falar-se em problemas sem concretizar. -----  
A deputada municipal *Lia Ferreira* aludiu à existência de zonas em que os passeios são estreitos, ao que o *Sr. Presidente da Câmara em exercício* disse só haver uma zona em que o passeio não terá 1,5 metros de largura, junto a uma habitação, explicando não ter sido possível fazer a demolição do muro porque o proprietário, apesar de disponível para isso, tem o problema da hipoteca e o credor não permite que se faça o alargamento. -----

Disse que, no entanto, existem soluções, salientando que se não for possível circular nessa extensão de passeio, por ser estreito, poderá ser usado o outro lado da via uma vez que esse passeio tem largura suficiente, comentando que as passeadeiras permitem isso mesmo, ou seja, passar de um lado da via para o outro. Referiu não poder dizer que se vai conseguir alargar a totalidade dos passeios mas que existe o cuidado de, nas zonas mais estreitas, serem conseguidas alternativas para que as pessoas continuem a sua mobilidade, ou de um lado ou do outro da faixa. -----

Sobre a questão da degradação do centro histórico da cidade de Santa Maria da Feira, colocada pelo membro Filipe Moreira, disse que, de facto, existem alguns edifícios que precisam de intervenção, comentando que alguns já foram, recentemente, recuperados. Recordou que o centro histórico está inserido numa das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), que foram aprovadas na sessão da Assembleia Municipal realizada no passado mês de setembro, sublinhando que isso permitirá aos proprietários dos edifícios que tenham mais de 30 anos puderem recorrer a alguns incentivos fiscais e a alguns apoios para fazerem a recuperação desse património, dizendo esperar que assim seja. -----

Concluindo a sua intervenção, pediu ao Sr. Vereador Vítor Marques para responder às questões da marcação das vias, da pavimentação da via Romariz/Arrifana e da retirada dos telhados com amianto. -----

Interveio o Sr. Vereador do Pelouro de Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde, *Vítor Marques*, que, começando pela questão colocada pelo membro Válter Amorim sobre a pavimentação da ligação de Romariz a Arrifana, designadamente a Rua do Pereiro e a Rua do Gaiate, recordou que já foram adjudicadas as duas primeiras fases para a pavimentação de diversas ruas do Concelho e que essas estão previstas na 1.ª fase, enumerando algumas outras ruas contempladas nessa 1.ª fase de pavimentações. -----



Quanto à questão dos telhados de fibrocimento, colocada pelos membros Válder Amorim e Filipe Moreira, disse que foram adjudicadas duas empreitadas, informando que uma delas já foi executada e que foram substituídos três ou quatro telhados de fibrocimento que poderiam conter, ou não, amianto, e que a outra empreitada será realizada nas próximas férias da Páscoa, contando-se substituir mais três telhados de equipamentos escolares. Fez notar que essa substituição estava prevista ser feita nas últimas férias de Natal mas que, por algumas vicissitudes, não foi possível, prevendo-se a sua execução, como dito, nas próximas férias pascais.-----

Em relação à marcação das vias, aludiu à empreitada que inclui a marcação da Av. 5 de Outubro, da Rua dos Bombeiros Voluntários, da Rua do Olival, da Avenida do Monumento, salientando que, inclusivamente, já foram efetuadas as pinturas das passadeiras na Av. 5 de Outubro e que espera que, a curto prazo e mal as condições climatéricas o permitam, sejam efetuadas as restantes marcações. Deu nota que, para além dessas pinturas e para além da sinalização vertical que será aplicada, serão colocadas luzes led a demarcar a via do passeio, acrescentando que esses passeios serão pintados a cor diferente.-----

Relativamente à EN 109-4, em Fornos, na zona da rotunda, disse que ela foi, efetivamente, cortada naquele local, explicando que tal aconteceu para poupar nos recursos económicos. Referiu que vai ser lançada uma empreitada com vista à construção da rotunda e que já há acordo com os proprietários dos terrenos junto à mesma, salientando, contudo, que tem havido algumas vicissitudes, aludindo ao estudo geotécnico realizado junto à zona do Farinheiro, por estar junto à linha do comboio, bem como à burocracia existente em relação à Infraestruturas de Portugal, SA.-----

Concluindo a sua intervenção, o vereador Vítor Marques disse esperar que, a curto prazo, seja lançada essa empreitada que liga a rotunda através da Rua Armando Pinto de Assunção até ao nó de ligação na zona do Farinheiro.-----

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

##### 1 – Ata N.º 13 – Sessão Ordinária de 27 de novembro de 2015-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação dos Srs. membros a ata em epígrafe que lhes fora previamente enviada, dando nota que não era necessário, na votação da ata, fazer a discriminação do sentido de voto de cada grupo ou deputado municipal – como



estipula o artigo 42.º do Regimento em vigor –, dizendo que os membros que se iriam abster o fariam, certamente, pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a ata se refere. -- Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da ata, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu-a, em seguida, a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor e 6 abstenções (Mário Brito, Teresa Pereira, Margarida Alfama, Eduardo Rocha, Maria Manuela Teixeira, Sebastião Castro), aprovar a Ata N.º 13, referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 27 de novembro de 2015. -----

O membro *Maria Manuela Teixeira* fez a seguinte declaração de voto:-----  
“Queria explicar que a minha abstenção é porque não estive presente.” -----

**2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em referência, constante do I Relatório de 2016, informação escrita dada pelo Sr. Presidente da Câmara onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados, bem como uma análise síntese ao PAEL, documento oportunamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----

Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, dado que sobre a mesma não é exigida qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em epígrafe. -----

**3 – Regulamento dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Concelho de Santa Maria da Feira** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara em exercício para que este prestasse os devidos



esclarecimentos à Assembleia, que por sua vez pediu que fosse a Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, Helena Portela, a explanar o assunto. -----

A Sr.<sup>a</sup> Vereadora **Helena Portela** explanou o assunto em referência, nos termos constantes das deliberações camarárias de 28 de dezembro de 2015 e de 22 de fevereiro de 2016 enviadas, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas. -----

Instruiu o assunto o officio da ERSAR de 22/01/2016 que notifica do Parecer à proposta de Regulamento dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento; a minuta de resposta a remeter à ERSAR; bem como o Regulamento dos Serviços com as alterações introduzidas na sequência do Parecer da ERSAR – documentos cujos teores se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Interveio o membro **Moisés Ferreira** (BE) que começou por dizer que o regulamento em apreço vai na linha daquilo que são os termos do contrato de concessão, frisando ser um regulamento que blinda e proporciona a renda garantida da Indaqua Feira mas que não garante direitos de consumo aos feirenses.-----

Disse ser verdade que depois de acatadas as sugestões da ERSAR impediu-se a interrupção do serviço por alteração de prestação de serviços, impediu-se a responsabilização do consumidor por qualquer dano ou deterioração ou perda do contador mesmo que não lhe pudesse ser imputada a responsabilidade sobre isso, conseguiu-se maior detalhe na explicação da fatura, ressaltando que, apesar dessas melhorias, continua a ser um mau regulamento. -----

Referiu que continua a ser um mau regulamento porque, por exemplo, continua a cobrar a ligação a casas que distem mais de 20 metros da rede pública, continua a querer cobrar coimas absurdas para quem não proceder à ligação, continua a imputar aos consumidores o pagamento de alterações mesmo que elas sejam justificadas e fundamentadas às especificações dos ramos de ligação.-----

Salientou que, para além disso, o regulamento não prevê mecanismos de proteção às famílias mais carenciadas, como a proibição do corte de água a famílias que não podem pagar por carência económica, tal como o BE tem vindo a propor. Disse que aquilo que está previsto no



regulamento é o corte da água a quem não pagar, independentemente de se tratar de uma família carenciada, ou não, privando-se assim as famílias, mesmo as mais carenciadas, de terem acesso à água. -----

Referiu estar também prevista a cobrança de uma tarifa fixa mesmo depois de suspensão a prestação dos serviços por falta de pagamento, sublinhando que esse aspeto foi alvo de uma recomendação da ERSAR que não foi acatada pela Câmara, ressaltando que, ao contrário do que disse a vereadora Helena Portela de que as sugestões não acatadas eram de pequena monta, essa não é de pequena monta. -----

Realçou que a ERSAR disse que não fazia sentido o consumidor pagar uma taxa fixa se não tem acesso ao serviço, mas que a Câmara, perante isso, argumentou, e bem do ponto de vista de quem defende os interesses da Indaqua Feira, que a tarifa fixa deveria ser paga porque serviria para pagar o esforço de investimento feito pela concessionária. -----

Disse que o regulamento tem várias outras limitações, como não responsabilizar a Indaqua Feira pela falta de pressão nos hidrantes, sublinhando que esse é um problema grave no Concelho; bem como não prever uma tarifa social quando, em contrapartida, tem toda a imaginação e toda a invenção para criar taxas e tarifas para obrigar os feirenses a pagar cada vez mais. -----

Concluindo a sua intervenção frisou que o regulamento prevê penalizações atrás de penalizações para quem não pague atempadamente a fatura, mas não acata a recomendação da ERSAR de aumentar o intervalo do 2.º escalão, para até os 15 m<sup>3</sup>, o que faria com que o valor da fatura descesse para as muitas famílias que têm um consumo médio de água. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por referir que o regulamento já vem enviado e não consegue mudar aquilo que está no ADN da concessão, que é prejudicar os feirenses e beneficiar a Indaqua Feira. -----

Disse que, relacionado com este assunto, queria colocar uma questão prévia à Câmara Municipal no sentido de perceber qual será a posição desta quanto ao comunicado da Mota-Engil no sentido de que vai vender a participação que tem no grupo Indaqua à empresa israelita Miya, por 60 milhões de euros. Referiu que a Câmara, como concedente, terá de ser consultada e terá que tomar uma posição sobre esse assunto, questionando se a Câmara já estudou e se já decidiu qual a posição que vai adotar. -----



Salientou que, para além do contrato da concessão ser leonino para a Indaqua Feira, a participação social vai transitando de mãos em mãos, sempre em prejuízo para o Município, ressaltando que, se calhar, esta é uma oportunidade para a Câmara fazer qualquer coisa, no sentido de tentar pressionar a concessionária para que, do ponto de vista da Câmara, tenha um contrato melhor e que consiga dominar. -----

Disse ser nestas ocasiões que se vê se um contrato foi, ou não, bem feito, realçando que faz falta no contrato da concessão uma preferência para o concedente, ou seja, a Câmara Municipal, poder comprar quando alguém quer comprar, se calhar a um preço em que o lucro será 10 ou 15 vezes superior ao preço da compra. -----

Frisou ser da opinião que a Câmara devia, para bem dos feirenses, olhar este assunto de frente e tomar uma posição de força para tentar mitigar os danos que o contrato da concessão tem feito em Santa Maria da Feira. -----

Em relação ao regulamento propriamente dito, disse que iria pegar em coisas simples que demonstram como o mesmo prejudica os feirenses, salientando que quem não tiver dinheiro para pagar a conta e não a pagar, logo recebe a carta do corte da ligação e, depois, para a religação, terá de pagar 60 euros e ainda estará sujeito a prestar uma caução para os consumos que vêm para a frente. Disse que se as pessoas não tiverem dinheiro para pagar a fatura do mês também não terão para pagar uma caução relativa a consumos futuros e que, portanto, o resultado é as pessoas ficarem sem água, comentando ser quase pior do que os contratos feitos pelos bancos. -----

Referiu que uma outra disposição do regulamento que tem incomodado muitos feirenses diz respeito às inspeções às unidade prediais, ressaltando que o regulamento explicita algumas situações em que essas inspeções podem ser feitas e depois menciona que, para além dessas, podem ser feitas em todos os casos que a Indaqua Feira julgue necessário. Questionou, sobre isso, se o regulamento é para regular ou se é para dar à Indaqua Feira a oportunidade de fazer o que bem lhe apetece, não controlando a Câmara nada. -----

Disse que outro aspeto prende-se com o passar a decisão pública para entidades privadas, ou seja, concessionar a decisão pública, fazendo sobressair que quem vai instruir os processos de contraordenação é a própria concessionária. Referiu que a Indaqua Feira está obrigada a remeter à Câmara Municipal uma proposta de decisão devidamente fundamentada, questionando qual é o poder da Câmara para decidir de outra forma se a fundamentação da



Handwritten signature or mark

decisão é feita pela Indagua Feira, comentando que a Câmara terá que decidir no sentido dessa fundamentação. -----

Aludindo a outra situação, disse que quando um munícipe apresenta queixa por o contador estar danificado e, conseqüentemente, não estar a aferir bem o consumo, terá de ser o próprio munícipe a pagar a reparação porque não consegue provar, porque não é técnico nem vai querer gastar dinheiro a contratar um técnico, que esse dano não foi de sua responsabilidade. Frisou que a Indagua Feira manda a fatura do custo da reparação e o munícipe acaba por pagá-la, sublinhando que o contador é para a concessionária faturar a água pelo que esta tem todo o interesse em ser, ela própria, a aferir os contadores. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino referiu que, como diz o povo, o que nasce torto muito dificilmente se endireita, e que o contrato da concessão é um desses casos, reafirmando que a questão da venda da participação que a Mota-Engil tem no grupo Indagua pode ser uma oportunidade para a Câmara Municipal bater o pé e não permitir a transmissão sem que se introduza alguns fatores de correção ao contrato. -----

-----  
Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por dizer que se vem falado, desde há muitos anos, sobre a Indagua Feira e sobre as redes municipais de abastecimento de água e de saneamento, e que é verdade que se vem mantendo determinados comportamentos, dizendo considerar importante falar sobre eles e perceber o que é que a Câmara Municipal, como entidade que concessiona e como entidade que representa os seus concidadãos, pode fazer em relação aos mesmos. -----

Referiu que têm ocorrido situações que são do domínio público e sobre as quais não se tem visto a Câmara intervir, não se percebendo, portanto, se a mesma requereu esclarecimentos ou se induziu a introdução de medidas para que, de facto, tais situações deixem de acontecer. -----

Disse que do IV Aditamento ao Contrato de Concessão ficou definido que as taxas de ligação dos ramais deixariam de ser cobradas mas que, no período intermédio até à aplicabilidade do mesmo, a Indagua Feira, como foi público, enviou notificações aos feirenses a requerer essas mesmas ligações porque, de facto, estava em questão o pagamento dessas taxas e a potencial perda de substrato financeiro para aquela concessionária. Salientou que, nessas cartas, a Indagua Feira ameaçava os feirenses com a possibilidade de, caso não justificassem os consumos que estavam a ter, cortar-lhes, em última instância, os serviços, bem como

---



incentivava aos feirenses que promovessem a aferição de vistorias. -----  
A respeito das taxas de vistoria referiu que ficou definido, por recomendação da ERSAR, que a entidade gestora pode cobrar aos utilizadores pela vistoria pedidas por estes, como consta no artigo 53, ponto 2, alínea f) do regulamento, ressalvando que, por isso, a Indaqua Feira encaminhou, à revelia, cartas aos feirenses a incentivá-los, entre aspas, ou a ameaçá-los que se não requeressem uma vistoria que apresentaria queixa a uma determinada entidade, que não era definida na carta, e que em última instância procederia ao corte dos serviços.-----

Sublinhou que tais cartas foram enviadas a destempo, frisando que era importante a Câmara dar um esclarecimento cabal a esta Assembleia e, evidentemente, à população, do porquê desses comportamentos da Indaqua Feira sem que a Câmara, pelo que se saiba, tenha feito uma intervenção pública para explicar o porquê dos mesmos, salientando que tais situações não podem persistir. -----

Frisou que a Indaqua Feira adota uma atitude de pleno poder, de um poder absoluto, magnânimo, de decidir o que pode e não pode fazer, assente num contrato que todos já perceberam, incluindo a própria Câmara Municipal, que foi feito com base em premissas erradas e que vai acabar por ser doloso para o Município, fazendo sobressair que, por isso, o Município precisa de novas soluções.-----

-----  
Interveio o membro **Fernando Moreira** (PSD) que começou por fazer notar que não tem qualquer interesse em defender a Indaqua Feira, que é um grande crítico da mesma, mas que entende que uma coisa é criticar e outra coisa é vir-se defender a remunicipalização sem que se diga quanto é que isto custa ao Município e como é que isso pode ser feito. Disse estar a decorrer um processo de remunicipalização num concelho do norte do País e, como tal, entende ser de esperar pela conclusão do mesmo para, depois, se poder tirar ilações, frisando concordar que a Câmara Municipal deve estar atenta e ver se há alguma possibilidade de melhorar a situação no Concelho. -----

Disse concordar que o contrato celebrado com a Indaqua Feira não foi perfeito mas que, no seu entendimento, tem de ser analisado ao tempo em que foi celebrado e que, nessa perspetiva, talvez não tivesse sido possível fazer muito melhor do que aquilo que foi feito. Salientou que o contrato de concessão que a Câmara celebrou com a Indaqua Feira foi dos primeiros do País, que foi feito tendo por base uma lei do governo do Partido Socialista,

---



comentando que quem inova corre sempre o risco de não fazer as coisas de modo perfeito. ----  
Referiu concordar com algumas coisas que foram ditas, como o caso das faturas da Indaqua  
Feira não serem muito claras, destacando, contudo, que tal acontece com a generalidade das  
fatura emitidas por diversas entidades, como a EDP e como as operadoras das comunicações,  
comentando que quase é preciso tirar um curso para perceber o dinheiro que tais entidades  
estão a cobrar. Disse estar-se a tentar resolver essa questão, salientando que a sugestão dada  
pela ERSAR melhora qualquer coisa mas que também não resolve, por completo, o problema  
da dificuldade da leitura das faturas. -----

Sobre a questão da cobrança dos ramais disse ter ficado decidido no IV Aditamento ao  
Contrato de Concessão que os ramais seriam gratuitos, mesmo aqueles com uma extensão  
superior aos 20 metros mas que, neste regulamento, estabeleceu-se que a partir dos 20 metros  
os munícipes têm de pagar 60 euros por cada metro adicional, tendo-se consignado que o  
ramal de água normal tem uma extensão até aos 20 metros. -----

Em relação à afirmação de que nada está previsto para as famílias carenciadas, disse não  
corresponder à verdade, salientando que o regulamento prevê um tarifário significativamente  
diminuído para famílias numerosas, cujo agregado familiar seja composto por 5 ou mais  
pessoas. -----

Quanto aos cortes dos serviços, disse perceber que é muito difícil cortar a água a uma família  
carenciada mas que, do seu ponto de vista, o problema tem de ser tratado de uma outra  
perspetiva, realçando que o que é preciso evitar é que essa família chegue ao ponto em que  
lhe é cortado o fornecimento de água. -----

Disse que se, por absurdo, metade das famílias do Concelho não pagassem a água, então a  
Indaqua Feira, de mãos atadas, teria de continuar a fornecer a água, teria de continuar a  
resolver os problemas que ocorressem, teria de continuar a pagar aos funcionários,  
questionando com que receita continuaria a concessionária a fazer tudo isso. Sublinhou que as  
questões não podem ser colocadas de ânimo tão leve, seja para a Indaqua Feira seja para quem  
for, fazendo sobressair que quando um serviço é prestado tem de ser pago, e que deve ser  
pago pelo preço justo. Reafirmou que o que é preciso é arranjar maneiras para que as famílias  
tenham rendimentos mínimos para pagar este tipo de despesas e, naturalmente, ter alguns  
cuidados para que as famílias mais carenciadas e numerosas tenham alguma atenuação no  
tarifário, ressaltando que esse cuidado foi tido na elaboração do regulamento em questão. ----



Quanto à Taxa Interna de Rentabilidade (TIR) disse que, aquando da celebração do contrato, ela foi estabelecida em 11 ou 12% mas que, entretanto, o Tribunal de Contas veio dizer que ela devia ser inferior a 10%, tendo passando para os 9,62%, sublinhando ser da opinião que, nos dias de hoje, essa taxa ainda é muito alta mas que no ano em que foi celebrado o contrato se calhar não o era. -----

Destacou que o Concelho de Santa Maria da Feira tem hoje, felizmente, rede de água e de saneamento graças à concessão desses serviços, ressalvando que de outra forma não o teria e que existem muitos concelhos que ainda não têm este problema resolvido. -----

Disse ser sabido que muitas pessoas ainda não requereram a ligação à rede, comentando que dizia-se que não ligavam porque os ramais eram pagos mas que, agora, não sendo pagos, continuam a não ligar. -----

Em relação à tarifa fixa disse que esse assunto já foi discutido nesta Assembleia Municipal, que uns poderão concordar, outros discordar, destacando tratar-se da chamada taxa de disponibilidade, ou seja, a taxa a pagar por aqueles que têm o serviço à porta mas que não requerem a ligação. Sobre essa matéria disse julgar pedagógico, de certa forma, que tais pessoas sejam penalizadas porque, apesar de disponível, não utilizam um serviço que é extremamente importante e que foi reclamado, durante tantos anos, para que fosse feito. -----

Sobre a questão das cartas que a Indaqua Feira terá remetido a alguns munícipes, disse já ter pedido a várias pessoas que as mostrassem, mas que ainda não teve a oportunidade de ver nenhuma, fazendo notar que é cliente da Indaqua Feira e que não recebeu nenhuma carta desse género. Referiu que o contrato da concessão não é o ideal e que a Indaqua Feira não é uma empresa isenta de erros, dizendo considerar importante que tais cartas cheguem ao conhecimento da Câmara para que esta analise se foram, ou não, enviadas abusivamente, para, caso necessário, tomar uma posição. -----

Em relação à venda da participação que a Mota-Engil tem na Indaqua disse que, pelo que percebeu do que leu nos jornais, o que vai ser vendido por 60 milhões de euros não é a Indaqua Feira, mas sim a participação que tem no grupo Indaqua, que participa em seis concessionárias de fornecimento de água, sendo uma dessas a Indaqua Feira. Nesse âmbito, e quanto ao tipo de intervenção que a Câmara pode ter neste negócio, disse não ser técnico na matéria mas que considera que poderá haver alguma dificuldade em intervir no mesmo, reafirmando que em causa está o grupo Indaqua, no seu todo, e não somente a Indaqua Feira. -



Concluindo a sua intervenção, o membro Fernando Moreira referiu que a ERSAR, passando-lhe pelas mãos contratos de concessões de todo o País, tem uma noção muito grande daquilo que deve, ou não, ser feito, pelo que é bom que se preste atenção ao que diz, destacando, a esse respeito, a disponibilidade da Câmara e da Indaqua Feira em acolher grande parte das sugestões feitas pela ERSAR, podendo não o fazer. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer, a propósito da menção que o membro Fernando Moreira fez de que um município do norte está em fase de remunicipalização, que presumia que o mesmo se estivesse a referir ao município de Barcelos, salientando que convém esclarecer que Barcelos chegou muito perto da falência técnica precisamente por causa da concessão que fez do serviço da água. Referiu que Barcelos celebrou um contrato de concessão muito parecido com as parcerias público-privadas para as ex-SCUT, em que estava a pagar muito mais do que aquilo que era consumido, dizendo que esse contrato foi celebrado com base numa estimativa de consumo de água muito elevado, que não se veio a verificar.-----

Informou que Barcelos foi alvo de um documentário feito por uma estação televisiva alemã acerca de renacionalização da água, ou de reversão da privatização da água, precisamente porque estava a documentar aquilo que se estava a passar na Alemanha e veio buscar o exemplo negativo de Barcelos para exemplificar que uma má concessão da água pode levar um município praticamente à falência.-----

Disse ser sabido que a CDU defende que a água deve ser pública, que sendo um bem essencial tem de ser público e que não pode haver lucro inerente ao mesmo, pelo que iria votar contra este regulamento por vários aspetos, entre os quais por considerar que os cidadãos estão a ser tratados como clientes e não como utentes. -----

Concluindo a sua intervenção, salientou que tal como ninguém aceitaria que fosse recusado cuidados de saúde a uma pessoa doente por esta não ter dinheiro para pagar, do mesmo modo entende inaceitável que uma empresa recuse fornecer água a um cidadão porque ele não tem dinheiro para a pagar, pelo que a CDU votaria contra esta matéria.-----

Usou da palavra, a pedido do Sr. Presidente da Câmara em exercício, a Sr.<sup>a</sup> Vereadora *Helena Portela*, que começou por realçar que o que estava em discussão era o regulamento e não o



5  
ell-

contrato de concessão ou o tarifário. -----

Em relação à referência feita pelo membro Filipe Moreira sobre a pessoa doente que não pode pagar os cuidados de saúde, disse considerar essa referência como pura demagogia, frisando que essas são situações isoladas que são analisadas pelos serviços de Ação Social da Câmara Municipal, fazendo sobressair que sempre que alguma família ou alguma pessoa individual necessite de apoio, dirige-se à Câmara Municipal, nomeadamente à sua Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida, e o seu caso é analisado e é visto se necessita, ou não, de apoio. -- Destacou que casos pontuais são tratados como casos pontuais, que são analisados pela Câmara Municipal com todo o critério e atenção, nomeadamente no que diz respeito a famílias carenciadas, dizendo que considera casos pontuais como pouco relevantes quando em discussão está um assunto global como é o Regulamento dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento.-----

Em relação à questão colocada pelo membro Moisés Ferreira sobre a alteração dos escalões, passou a ler o que a ERSAR disse sobre essa matéria no parecer que deu sobre o regulamento, e que se passa a citar: “Cumprir, assim, recomendar que, numa futura revisão do contrato de concessão e correspondente caso base, sejam acomodados os aspetos acima referidos”.-----

A vereadora Helena Portela referiu, portanto, considerar extemporâneo e sem sentido que se trouxesse, naquele momento, esse assunto à colação, acrescentando que todos os aspetos mencionados pelo BE como negativos e não contemplados não foram mencionados pela ERSAR.-----

Relativamente às vistorias e inspeções, chamou a atenção de que são coisas distintas, que uma coisa são vistorias e outra coisa são inspeções e que, pelo que ouviu, esses dois conceitos foram completamente confundidos, aconselhando uma melhor leitura do regulamento quanto a essa matéria. -----

Quanto à questão dos contadores referiu que, de igual modo, o que foi dito não estava correto pelo que também aconselhava uma nova leitura ao regulamento, nessa parte. -----

Sobre as atitudes da Indaqua Feira, salientou que a Câmara Municipal, como é sua obrigação, está atenta e sempre que tem conhecimento de algo que lhe levanta dúvidas, entra de imediato em contacto com a Indaqua Feira para esclarecer a situação e, caso entenda e tenha poder para o fazer, tenta dissuadi-la de fazer algo que a Câmara considere que não está completamente correto.-----



Concluindo a sua intervenção a vereadora Helena Portela esclareceu, relativamente à questão da compra de uma entidade privada por outra entidade privada, que quando a Câmara Municipal for chamada a pronunciar-se sobre esse assunto, com certeza que o analisará devidamente e dará a devida resposta. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 29 votos a favor (PSD: 28, IND.), 20 votos contra (PS: 18, CDU, BE) e 1 abstenção (CDS-PP), aprovar os termos da resposta a remeter à ERSAR no âmbito do assunto em questão. -----

Deliberou também aprovar o Regulamento dos Serviços Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Concelho de Santa Maria da Feira. -----

*Saiu o membro Justino Pinto.* -----

#### **4 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Argoncilhe** -----

##### **- Parque de Lazer**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara em exercício para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara em exercício* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 22 de fevereiro de 2016 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Amorim Duarte* (PS) que começou por dizer que o apoio atribuído para a construção do Parque de Lazer é bem-vindo e que só peca por ser pouco, dada a grandiosidade da obra em questão, dizendo tratar-se de um parque com grandes dimensões, com vários equipamentos para a prática do desporto e para lazer.-----

Disse estar situado numa zona da freguesia que tem condições que permitem a ampliação do mesmo, servindo não somente Argoncilhe e as freguesias vizinhas, como todo o Concelho, pelo que votaria favoravelmente o referido apoio. -----



Salientou, contudo, querer deixar à Câmara algumas sugestões e preocupações no âmbito do assunto, referindo que deve ser feito um estudo de pormenor ao local para que tudo seja realizado dentro das normas legais, bem como um projeto para que tudo seja executado e planeado de acordo com o mesmo, destacando que a Câmara deve continuar a apoiar e a fiscalizar a obra uma vez que as juntas de freguesia não têm técnicos especializados em algumas matérias. -----

Referiu que, para além disso, deve ser feito um estudo aos terrenos envolventes para, a longo prazo, englobar nessa zona vários desportos, criando a zona desportiva de Argoncilhe, ressaltando que o PDM já deve ter contemplado algumas alterações nesse sentido, bem como em relação aos respetivos acessos. -----

Disse estar a referir-se, por exemplo, à abertura de uma rua que vai desde o centro da freguesia, ou seja, do Pavilhão Gimnodesportivo até ao Parque de Lazer, numa extensão de cerca de 300 metros, bem como a acessos pedonais nos lugares de Moinhos, Pereira e Bocas. - Salientou que também deve ser executada a iluminação do parque e dos seus acessos, bem como a iluminação pública na rua paralela à A41, entre as portagens e o Parque de Lazer, para além da colocação da devida sinalética. -----

Concluindo, disse haver muito para fazer naquele local, pedindo o empenho da Câmara no acompanhamento das obras do Parque de Lazer, para o bem de Argoncilhe e do Concelho de Santa Maria da Feira. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara em exercício* que referiu que o projeto em questão é da Junta de Freguesia de Argoncilhe, que é quem está a construir o Parque de Lazer, pelo que as sugestões que foram feitas têm de ser feitas nos órgãos daquela freguesia, designadamente na Assembleia de Freguesia. -----

Concluindo, sublinhou que a Câmara Municipal estará sempre atenta às solicitações da Junta de Freguesia e que acompanhará o processo e dará todo o apoio necessário, como tem dado até hoje. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 49 dos 54 membros que compõem este Órgão, autorizar, sob proposta da



Câmara, a atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Argoncilhe para a construção do Parque de Lazer, no montante de cerca de 25% do custo da obra até ao montante máximo de 30.000,00 €, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 22 de fevereiro de 2016.-----

**5 – Centro Regional de Excelência em Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Área Metropolitana do Porto (CRE.Porto) -----**

**- Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais-----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara em exercício para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara em exercício* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 11 de janeiro de 2016 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. --- E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 49 dos 54 membros que compõem este Órgão, autorizar a assunção de compromissos plurianuais inerentes ao acordo de parceria a celebrar com a entidade em epígrafe, para o ano de 2017 e seguintes, no montante de 2.700 €/por ano. -

*Reentrou o membro Justino Pinto. -----*

**6 – Política de prevenção de inundações e danos provocados pelas intempéries no Concelho de Santa Maria da Feira (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento) -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos do artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 17.º do Regimento deste Órgão e no seguimento da solicitação remetida à Mesa pelo membro Manuel Santos, registada na



Divisão de Administração Geral sob o n.º 1.786, em 3 de fevereiro de 2016, documento esse enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. Fez ainda alusão à recomendação que aquele membro fez chegar à Mesa no âmbito do assunto e que igualmente foi distribuída, oportunamente, pelos membros da Assembleia Municipal. -----

Em seguida, passou a palavra ao membro Manuel Santos para fazer a apresentação dessa recomendação. -----

Usou da palavra o membro *Manuel Santos* (PS) que apresentou e explanou a recomendação em referência cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“O nosso concelho, mais uma vez, apresentou inúmeros focos de perturbação ao quotidiano público e prejuízo para as populações pela falta de manutenção dos sistemas de escoamento e de uma melhor eficiência dos mesmos, uma ineficaz intervenção que não consegue dar resposta a todas as ocorrências, existindo um inadequado ordenamento e planeamento urbanístico. Esta realidade preocupa e também vos deveria criar incómodo. -----

Sabemos que as consequências das ocorrências devido ao mau tempo são imprevisíveis, mas no nosso concelho, a ausência de uma estratégia de ação da proteção civil e de planeamento urbanístico por parte da câmara municipal, permite que se continue a assistir, cada vez mais, a problemas relacionados com o escoamento da água das chuvas sempre que chega a sua época, ano após ano, com as consequentes inundações e prejuízos para as pessoas. -----

Algumas até têm sido reportadas pela comunicação social feirense sendo de conhecimento geral e a Câmara Municipal nada faz para procurar soluções que minimizem o risco e o impacto nas populações/infraestruturas. -----

Em Lobão, é tradição o rio Uíma galgar as margens e cobrir pelo menos duas estradas que ligam Lobão a Fiães através da rua do Rio Uíma e Lobão a Caldas de São Jorge através da rua S. Tiago. Há diversos registos de automóveis que necessitam de serem rebocados por causa da subida das águas. -----

Em Canedo, há diversos movimentos de vertentes com deslizamentos de detritos pela N222 para a estrada, tapando o canal das águas fluviais e levando a água a desviar-se para o piso rodoviário. -----

Em Fiães, o parque das ribeiras está submerso e certamente que haverá prejuízos para as



infraestruturas investidas pela câmara municipal. A estrada em frente ao agrupamento escolar tem sofrido diversas intervenções nos últimos 2 anos e se prevê nova intervenção pois a estrada está de novo a ceder. -----

Nas Caldas de São Jorge, na rua da fronteira há anos que uma larga poça de água se acumula em tempos de chuva e que obriga os automobilistas a ir à via contrária para se desviar imediatamente antes de uma curva sem visibilidade, havendo grande risco de acidente. -----

Em Sanfins, na nacional 223 situação idêntica existe. -----

O rio Uíma e a ribeira de Cáster são responsáveis por cheias progressivas ocorridas no concelho, algumas dessas cheias estão relacionadas com características geomorfológicas, o que implica uma intervenção ativa por parte da autarquia. -----

É consensual que todas estas situações são prejudiciais para infraestruturas e equipamentos no concelho, quer privados como públicos. -----

No entender deste grupo municipal existe a responsabilidade e seriedade em sair do plano das palavras e passar para o plano da concretização para que todos os anos não se repitam constantemente as mesmas situações, sem qualquer investimento em soluções mais definitivas, já que a autarquia investiu na conceptualização de um Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil com qualidade, sendo uma excelente ferramenta para a identificação de zonas de risco, cenários, com procedimentos e propostas para a organização de respostas. -----

A Assembleia Municipal reunida em 27 de fevereiro de 2016 recomenda à Câmara Municipal:

1) Operacionalizar o Plano Municipal já existente, de forma a identificar as situações de risco existentes no concelho de Santa Maria da Feira, começando por aquelas que se revelem mais graves e aquelas que continuamente ocorrem, identificando ações, verbas, prazos e responsáveis pela respetiva execução; -----

2) Reforçar e melhorar as operações de emergência/reforço/reabilitação, realizando um trabalho em conjunto com todos os intervenientes, desde Juntas de Freguesia, Bombeiros, GNR, todas as estruturas diretamente ligadas à organização da Proteção Civil no Município, de forma a dar uma resposta mais eficaz para a prevenção de inundações e danos provocados pelas intempéries; -----

3) Apresentar anualmente um relatório a esta assembleia com o resultado geral e análise global das intervenções e das ações concretizadas ao longo do território.” -----



*(Handwritten signature)*

Usou da palavra, a pedido do Sr. Presidente da Câmara em exercício, o Sr. Vereador do Pelouro de Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde, *Vítor Marques*, que começou por dizer que a maior parte das pessoas entende, por vezes, que a proteção civil municipal é a única e exclusiva responsável pela proteção civil, quando não é assim, esclarecendo que a proteção civil é muito mais abrangente do que isso, tratando-se de uma incumbência do Estado, das autarquias locais, das entidades públicas e privadas e dos cidadãos.-----

Em relação à recomendação em discussão disse que a mesma menciona uma ineficaz intervenção que não consegue dar resposta a todas as ocorrências, pelo que gostava que o membro Manuel Santos lhe indicasse quais são essas ocorrências. -----

Referiu que o documento também fala da ausência de uma estratégia de ação da proteção civil, com as consequentes inundações e prejuízos para as pessoas, comentando, sobre essa frase, que efetivamente ocorreram algumas situações, que foram reportadas pela comunicação social feirense e que são do conhecimento geral, mas que considera que a mesma também não corresponde à realidade.-----

Informou ter sido recebido um alerta amarelo para o distrito, vindo do IPMA através da Comissão Distrital de Proteção Civil, que previa uma precipitação persistente e, por vezes, forte, entre as zero horas do dia 12 e as zero horas do dia 14 do corrente mês, e que se veio a verificar, salientando, contudo, que as consequências não foram tão graves quanto aquelas que se viram em concelhos limítrofes, e noutros concelhos do País. -----

Sobre a referência feita no documento de que a Câmara Municipal nada faz para procurar soluções que minimizem o risco e o impacto nas populações, informou que ele próprio, enquanto vereador da Proteção Civil, pediu ao Gabinete de Comunicação e Relações Públicas Internacionais da Câmara que enviasse a todas as juntas de freguesia um e-mail com um alerta, acompanhado com uma informação pública, com medidas preventivas para evitar pequenas inundações e, ao mesmo tempo, com um folheto contendo não só medidas de autoproteção para as inundações como dizendo, também, o que devia ser feito antes, na iminência, durante e depois das inundações, bem como indicando os contatos que poderiam ser feitos. Recordando que o ano hidrológico inicia-se no dia 1 de outubro, destacou que esse e-mail foi enviado no dia 2 de outubro e que tal pode ser confirmado pelos Srs. presidentes de Junta, pelo que considerava desonesto dizer-se que a Câmara Municipal não faz nada e não



procura soluções para minimizar o risco e o impacto junto das populações.-----

Quanto aos casos concretos mencionados na recomendação, aludiu à situação em Lobão para dizer que não se pode impedir que o rio Uíma galgue as margens, acrescentando, em relação à afirmação de que há diversos registos de automóveis que necessitaram de ser rebocados, que a mesma não corresponde à verdade. Informou que somente um carro teve de ser rebocado, por sinal o carro de um familiar de um membro desta Assembleia Municipal, destacando que as zonas inundadas foram imediatamente barradas e que somente aqueles que não obedeceram à sinalização colocada é que ficaram com os seus carros inundados, a ponto de terem de ser rebocados, frisando que essa situação foi relatada pelo próprio Comandante dos Bombeiros Voluntários de Arrifana. -----

Em relação à situação de Canedo, referiu ser verdade que ocorreram dois pequenos deslizamentos, um na EN 222 e outro na zona das Terças, dando nota que foram prontamente removidos com a colaboração da respetiva Junta de Freguesia. -----

Sobre Fiães, disse não haver registo de qualquer prejuízo. -----

Quanto ao caso mencionado em Caldas de São Jorge referiu estar sinalizada uma estrada que liga a Quinta do Areeiro à zona industrial de Monte Grande, salientando que essa terá de, efetivamente, ser alvo de intervenção. -----

Relativamente ao caso mencionado da EN 223, na zona de Sanfins, informou que essa situação foi reportada à entidade Infraestruturas de Portugal para que a mesma fosse ao local ver a situação, designadamente na zona da Charca, comentando que a passagem hidráulica existente naquele local não é suficiente, levando a que as águas pluviais tivessem galgado a estrada. -----

Em relação ao rio Uíma e à ribeira do Cáster, disse estar previsto que quando há uma precipitação persistente ou, por vezes, forte, ocorram inundações e que o rio galgue as suas margens. -----

Salientou, contudo, que nem tudo o que é referido no documento é negativo, dizendo ter ficado agradado com o elogio que consta do mesmo uma vez que diz que o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil é de qualidade e que é uma excelente ferramenta para a identificação de zonas de risco, cenários, com procedimentos e propostas para a organização de respostas. -----

Em relação aos três pontos concretos que são recomendados à Câmara Municipal, aludiu à



questão do operacionalizar o Plano Municipal existente para salientar que essa recomendação só pode ser feita por desconhecimento do modo como funciona a proteção civil municipal, explicando que não compete à Câmara Municipal, mas sim à Comissão Municipal de Proteção Civil, que é composta por diversas entidades, avaliar a situação e verificar se estão reunidos os pressupostos com vista ao acionamento do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil. -----

No respeitante ao reforçar e melhorar as operações de emergência/reforço/reabilitação, disse não perceber o porquê dessa recomendação, ressaltando que as juntas de freguesia, embora não sendo unidades locais formais, conforme estabelecido no artigo 8.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, já prestam informalmente uma ajuda preciosa à Câmara, tal como prestam os Bombeiros, a GNR, a PSP, pelo que não percebia a razão dessa recomendação, salientando, contudo, que estava aberto para receber sugestões no sentido de se efetivar o melhoramento das operações. -----

Relativamente à apresentação anual de um relatório, disse que por cada ocorrência é preenchida uma ficha de ocorrência pelo responsável dos serviços municipais de proteção civil, o Eng.º Filipe Milheiro, pelo que não custava nada chegar ao final do ano e fazer esse relatório, com base nessas fichas de ocorrência.-----

Concluindo a sua intervenção o vereador Vítor Marques referiu que, apesar de não concordar com os considerandos, não via inconveniente na aprovação da recomendação por parte da Assembleia Municipal uma vez que, excetuando a situação do acionar o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil pela Câmara Municipal, uma vez que não lhe compete, todas as outras recomendações estão a ser efetuadas. -----

-----  
Interveio novamente o membro *Manuel Santos* (PS) que referiu ser consensual que existem inúmeras situações, ou algumas, dependendo do sentido se queira dar a esse termo, que duram há anos e que precisam de ser resolvidas. -----

Disse não se querer focar somente na ação da proteção civil, que é uma ação após ou durante a ocorrência, considerando essencial que haja uma coordenação e uma ação da Câmara Municipal em resolver os problemas que persistem há imensos anos, salientando serem essas situações que são faladas pela população e que continuam a acontecer.-----

Sublinhou que o objetivo da recomendação é dar um empurrão ou motivação no sentido de

---



dar mais força às ferramentas que a Câmara Municipal já tem, e que investiu nelas, para que as coloque em prática com mais ênfase e garra, comentando que aquilo que a população se apercebe é que é mais do mesmo, que os problemas persistem, apesar da tentativa do Sr. vereador em demonstrar que informou as juntas de freguesia daquilo que podem fazer em caso de alguma ocorrência. -----

Concluindo, frisou que aquilo que é necessário é a Câmara Municipal empenhar-se na resolução dessas pequenas situações que vêm acontecendo ao longo do tempo, muitas delas há anos. -----

Usou novamente da palavra o Sr. Vereador *Vítor Marques* que ressaltou que, havendo muita pluviosidade, tais situações podem sempre voltar a acontecer. -----

Salientou que, nessas situações e quando não é possível acionar o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, existe um procedimento interno preventivo e de coordenação com os diferentes agentes de proteção civil, entre os quais a PSP, a GNR, as Juntas de Freguesia e, essencialmente, as três Corporações de Bombeiros existentes no Concelho, em que, de acordo com o nível de alerta recebido do IPMA, através da Comissão Distrital de Proteção Civil, estão definidos os procedimentos internos preventivos e os meios disponíveis para cada um desses níveis, seja o nível amarelo, laranja ou vermelho. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 50 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a recomendação apresentada pelo membro Manuel Santos – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O membro *Fernando Moreira* (PSD) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Só para dizer que apesar de não concordarmos com uma grande parte dos considerandos, e porque grande parte do que foi proposto está em execução, votamos a favor.-----

Agora, com a convicção de que há coisas que dificilmente se vão resolver. Naturalmente que, se calhar, o Uíma vai continuar a alagar as ruas quando a água for muita, como no Rio Douro a Ribeira continua a ser inundada quando há muita água. Portanto, há coisas que podem ser



melhoradas, e devem. Há outras que temos a consciência que dificilmente poderão ser melhoradas.” -----

Sairam os membros António Valdemar Ribeiro, Valdemar Silva, Maria Manuela Teixeira e Margarida Alfama. -----

**7 – Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Concelho de Santa Maria da Feira -----  
- Atualização do tarifário para o ano de 2016 (para conhecimento) -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe – a que se refere a deliberação camarária de 14 de dezembro de 2015 e a respetiva proposta de atualização do tarifário para o ano de 2016, remetida pela Indaqua Feira através de carta registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 16593, em 19 de novembro de 2015 – documentos enviados, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritos – fazendo notar tratar-se de um assunto presente à Assembleia para conhecimento. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que o tarifário para 2016 cumpre a fórmula matemática, comentando que a Assembleia Municipal não é chamada a decidir nada uma vez que, por 50 anos, essa decisão foi dada a uma fórmula matemática da qual resulta que a Indaqua Feira ganha sempre. -----

Referiu parecer-lhe que está no ADN do Partido Social Democrata cobrar a água ao preço do petróleo, ou até mais cara uma vez que faz mais falta do que o petróleo, daí verificar-se, no tarifário para 2016, mais um aumento de 7,66% no preço da água. -----

Ainda sobre a venda da Mota-Engil da participação que tem no grupo Indáqua, disse querer dar nota ao membro Fernando Moreira que a transmissão onerosa de ações representativas do capital social da concessionária carece de prévio consentimento da Câmara Municipal pelo que, no seu entendimento, a Câmara já devia estar a atuar e não estar à espera de receber uma carta para o fazer. -----

Salientou que a Indaqua, sendo boa ou má, é parceira da Câmara, intervém no Concelho e demonstra que tipo de parceira é ao não ter, ainda, avisado a Câmara Municipal do negócio, -----



quando já avisou a CMVM. -----  
Concluindo, disse que a Indaqua deixa o aviso aos parceiros de concessão para a última hora para que estes, depois, aprovelem apressadamente a transmissão das participações sociais e aprovelem jackpots a alguns capitalistas que exploram a necessidade das pessoas no acesso à água.-----

Interveio o membro **Moisés Ferreira** (BE) que começou por salientar que o tarifário vai voltar a aumentar mas que isso não é grande surpresa, comentando que sempre que se mexe, quer seja por renegociação do contrato quer seja pela revisão do tarifário, já se sabe que é a Indaqua Feira quem vai ganhar, perdendo o consumidor, tratando-se de um jogo com um resultado definido à partida. -----

Aludindo à ata da reunião de Câmara que foi distribuída no âmbito deste assunto, disse que o Sr. Presidente da Câmara afirmou que esta revisão de preço deve-se ao aumento de 7,76% da água em alta motivado pela fusão que resultou na criação da Águas do Norte, SA, e que ele próprio é contra essa fusão. -----

Sobre essa afirmação, o membro Moisés Ferreira disse que palavras leva-as o vento, salientando que o Sr. Presidente da Câmara não pode ficar pelas palavras e que, se efetivamente é contra, até pela forma como a fusão e a revisão do preço da água em alta se reflete no preço a pagar pelo consumidor, então que deveria ser mais assertivo em vez de aceitar aquilo que a Indaqua quer impor. -----

Concluindo, reafirmou que o Sr. Presidente da Câmara talvez pudesse ter outra posição que não a de ficar sentado e dizer que é contra, mas deixando tudo acontecer na mesma.-----

Interveio o membro **Fernando Moreira** (PSD) para, em relação à afirmação de que o preço da água para 2016, a praticar em Santa Maria da Feira, aumentou 7% face ao ano anterior, dizer que isso não corresponde à verdade. -----

Referiu que, no que respeita ao 1.º escalão do preço da água, o preço por metro cúbico passa de 0,5233 € para 0,5537 €, o que significa um aumento de 0,0304 €, e que, no último escalão, passa de 2,6353 € para 2,6790 €, representando um aumento de 0,0437 €. Concluindo, disse julgar que isso representa um aumento que não chegará aos 2%.-----



Usou da palavra, a pedido do Sr. Presidente da Câmara em exercício, a Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, **Helena Portela**, que começou por ressaltar que o que está no ADN das pessoas do PSD é o trabalhar em prole das pessoas. -----

Em relação ao tarifário para 2016 referiu que, de facto, a revisão do mesmo é feito com base nas fórmulas e princípios que constam do IV Aditamento ao Contrato de Concessão, conforme o parecer jurídico e a informação técnica apresentada. -----

Sobre a afirmação de que a Câmara Municipal deveria ter feito mais em relação à fusão que originou a Águas do Norte, SA, destacou que a Câmara tanto fez mais que, de forma concertada com outros municípios, instaurou uma ação em tribunal contestando essa matéria. - Fez sobressair que a Câmara Municipal cumpre a lei e cumpre os contratos mesmo não concordando com eles, e que utiliza as ferramentas legais à disposição para lutar contra aquilo que entende não estar correto, sublinhando que a Câmara está a fazer tudo ao seu alcance para que a situação em causa seja alterada. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento da atualização do tarifário para o ano de 2016, no âmbito da Concessão em epígrafe, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 14 de dezembro de 2015.-----

**8 – Dissolução e liquidação da PRIMUS – Promoção e Desenvolvimento Regional, EMT, SA (para conhecimento)** -----

O Sr. *Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, fazendo notar tratar-se de um assunto presente à Assembleia para conhecimento e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara em exercício para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia, que por sua vez pediu que fosse a Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, Helena Portela, a explanar o assunto. -----

A Sr.<sup>a</sup> Vereadora **Helena Portela** explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 22 de fevereiro de 2016 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----



De seguida, e verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, e dado que sobre a mesma não é exigida qualquer votação, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia tomado conhecimento do assunto. -----

**9 – Declarações para os efeitos previstos no artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual (para conhecimento) -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, fazendo notar tratar-se de um assunto presente à Assembleia para conhecimento e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara em exercício para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia, que por sua vez pediu que fosse a Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, Helena Portela, a explanar o assunto. -----

A Sr.ª Vereadora *Helena Portela* explanou o assunto em referência – a que se refere o ofício remetido pela mesma à Mesa, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 1.196, em 29 de janeiro de 2016 – documento esse enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. -----

De seguida, e verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, e dado que sobre a mesma não é exigida qualquer votação, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia tomado conhecimento das declarações em epígrafe. -----

**10 – Relatório de Atividades de 2015 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira (para conhecimento) -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe – a que se refere o ofício remetido à Mesa pela Sr.ª Presidente da Comissão em referência, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 1.536, em 28 de janeiro de 2016, enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito – fazendo notar tratar-se de um assunto presente à Assembleia para conhecimento. -----



Interveio a deputada municipal **Maria Oliveira** (PS), que disse querer fazer uma breve reflexão sobre o relatório em epígrafe, salientando ser sabido que as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) sofreram, nos últimos anos, fortes cortes justificados com as medidas de austeridade e que isso afetou a intervenção das mesmas, comentando que as notícias recentes de situações limite que aconteceram são a demonstração disso mesmo.-----

Relativamente ao relatório de 2015 da CPCJ de Santa Maria da Feira, referiu que entre as principais dificuldades com que esta entidade se depara está a ausência de priorização do trabalho da CPCJ por parte das entidades que nela estão representadas, a insuficiência de tempo afeta à CPCJ por parte dos membros que a compõem e, ainda, a menor participação de alguns parceiros no trabalho da CPCJ.-----

Frisou que a CPCJ pede também à Câmara Municipal a cedência de mais técnicos para trabalhar na Comissão, fazendo sobressair que a CPCJ de Santa Maria da Feira tem um grave problema de recursos humanos, fazendo notar que somente tem um técnico disponibilizado pela Segurança Social, que trabalha 21 horas semanais, mais um administrativo disponibilizado pelo Município. -----

Informou que a Comissão restrita tem 11 elementos e que, pelo que sabe, apenas 10 têm relatórios atribuídos, ressaltando que, no final do ano de 2015, encontravam-se 345 processos ativos, significando que cada um desses elementos teria em mãos 34 ou 35 processos, comentando que por aí se vê o grave problema que as CPCJ enfrentam.-----

Concluindo a sua intervenção disse considerar indispensável que o poder político, em especial o poder local, por ser aquele que se encontra mais próximo da população, faça uma séria reflexão sobre a reconfiguração das CPCJ no sentido de juntar os meios necessários para que estas possam cumprir os seus objetivos e funções com o máximo de eficiência e, conseqüentemente, obterem resultados positivos.-----

Interveio o membro **Válter Amorim** (CDS-PP) que começou por dizer que as crianças e os jovens são o nosso futuro e que, portanto, todas as medidas positivas que possam ser desenvolvidas na defesa integral e intransigente daquilo que é o nosso futuro, serão poucas. --- Referiu que as CPCJ têm desenvolvido, ao longo do tempo, um trabalho bastante positivo e interventivo mas que enfrentam, como já elencado, condicionantes estruturais e funcionais que têm vindo a aumentar persistentemente, daí também considerar fundamental que haja uma



nova visão sobre estas questões, não só na área interventiva como na área preventiva.-----  
Nessa medida, questionou à Câmara Municipal o que tem pensado e definido, em termos  
estratégicos, para intervir naquilo que é a prevenção de acontecimentos que levam para  
dificuldades tidas pelos jovens e crianças, questionando se a Câmara está a preconizar alguma  
intervenção em termos do Quadro Portugal 2020, ressaltando que o mesmo sinaliza uma  
verba bastante significativa para as questões imateriais, para as questões de valorização das  
pessoas, das comunidades, e da sua diferenciação. -----  
Concluindo a sua intervenção, o membro Válder Amorim sublinhou que seria pertinente  
perceber o que pensa a Câmara Municipal fazer no âmbito desta matéria.-----

-----  
Interveio o membro **Fernando Moreira** (PSD) que começou por dizer, em relação ao relatório  
da CPCJ de Santa Maria da Feira, que o mesmo dá uma panorâmica que, não sendo famosa,  
está perfeitamente controlada, ressaltando que isso não quer dizer que situações como a  
ocorrida na praia em Caxias, recentemente noticiada, não possa acontecer em qualquer  
concelho. Salientou que uma CPCJ até pode ter 500 técnicos a trabalhar que isso não impede  
que tais situações possam acontecer, destacando que o problema está na legislação que foi  
produzida no final do ano passado, que introduziu alterações significativas, comentando que  
isso está a causar sérios problemas às ditas CPCJ uma vez que a respetiva regulamentação  
ainda não foi publicada.-----

-----  
Fez sobressair que as CPCJ são compostas por uma série de entidades, como a Câmara  
Municipal, a Segurança Social, a PSP, a GNR, o IEFP, entre outras, mas que depois é preciso  
que as mesmas libertem técnicos para trabalhar nas CPCJ quando, de facto, não existem em  
fatura, levando a que as entidades se esquivem de os libertar até porque são elas que lhes  
pagam os salários, frisando tratar-se de um problema que tem de ser revisto.-----

-----  
Frisou que para além dos técnicos que, muitas vezes, trabalham para a CPCJ fora do horário  
do trabalho, há um grupo de pessoas recrutadas da sociedade civil que, de modo voluntário,  
têm prestado um trabalho muito meritório e dado o seu melhor em benefício das crianças e  
jovens do Concelho, dizendo querer deixar uma palavra de muito apreço a todas essas  
pessoas.-----

-----  
Disse também querer deixar uma palavra de apreço à Câmara Municipal pela disponibilidade  
que manifestou para que a CPCJ de Santa Maria da Feira tivesse instalações condignas e



adequadas, não só para quem nela trabalha mas também para poder receber, de modo condigno e com a privacidade necessária, as pessoas que a ela queiram recorrer. Ressaltou que a Câmara Municipal gastou algum dinheiro nessas instalações, quer na parte das obras quer na parte do equipamento, faltando agora melhorar a parte dos recursos humanos. -----  
Fez notar que a situação das CPCJ está, por todo o País, um caos, salientando que existem Comissões que têm 4 ou 5 processos em mãos enquanto outras têm 2000 processos e que, portanto, é fácil perceber que o resultado disso nunca pode ser muito famoso, concluindo por reafirmar que a situação da CPCJ de Santa Maria da Feira está perfeitamente controlada mas que, contudo, merece constante atenção, como merecem todas as CPCJ do País. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, dado que sobre a presente matéria não é exigida qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento do relatório em epígrafe.-----

*Reentraram os membros António Valdemar Ribeiro, Valdemar Silva, Maria Manuela Teixeira.*-----

*Saiu o membro Sérgio Cirino.*-----

**11 – Estratégia e Plano de Ação para o Europarque (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento)**-----

O Sr. Presidente da Assembleia apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos do artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 17.º do Regimento deste Órgão e no seguimento da solicitação remetida à Mesa pela deputada municipal Margarida Gariso, registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 2.397, em 16 de fevereiro de 2016, documento esse enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. Fez ainda alusão à recomendação que aquela deputada municipal fez chegar à Mesa no âmbito do assunto e que igualmente foi distribuída, oportunamente, pelos membros da Assembleia Municipal. -----

Em seguida, passou a palavra à deputada municipal Margarida Gariso para fazer a apresentação dessa recomendação. -----



Usou da palavra a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que apresentou e explanou a recomendação em referência cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Confrontados com a exigência de traçar para a gestão do Europarque um verdadeiro Plano Estratégico e de Ação, o Grupo Municipal do PS, vem tecer observações e produzir recomendações, face às etapas apresentadas no draft/rascunho e no relatório final apresentado pelo executivo, após apresentação das propostas do PS. -----

Começamos por recuperar o que verdadeiramente faz parte dos elementos essenciais de um plano de ação.-----

1. Análise SWOT - Esta é a fase de diagnóstico que serve de ponto de partida para o plano de ação em face dos objetivos e metas a alcançar. Não pode, nem deve ser confundido com o próprio Plano de Ação, como acontece no Draft apresentado. -----

2. Visão e Objetivos: Fase em que deve ser explicado concretamente o que se pretende alcançar, como e quando se quer atingir os objetivos, o que não se verifica, neste caso. -----

3. Plano de Ação: Qualquer plano de ação está votado ao insucesso se não tiver sido perfeitamente definido o caminho a seguir para atingir os objetivos. O plano de ação tem de refletir o processo de operacionalização dos objetivos pelo que falhará se não identificar com toda a clareza e para cada um deles o que tem de ser feito, como será feito, quando será feito – data de início e fim de execução da ação – por quem será feito – responsável pela execução da ação – e identificando os recursos necessários, apurados de forma verdadeira, credível e realista. Também não é o que acontece, neste caso. -----

Uma área importante na Estratégia é a capacidade de definir metas. De acordo com o conceito SMART, as metas devem ser Específicas, Mensuráveis, Alcançáveis, Realistas e executadas dentro do Tempo definido para a sua concretização. Nada disto é apresentado, dado que o documento e o relatório da análise às propostas que a maioria PSD aprovou em reunião de Câmara, contém apenas generalidades sem os elementos essenciais que devem constar num plano de ação.-----

Por essa razão, e por imperativo de consciência, o GM/PS, e os seus vereadores junto do executivo, não aceitam assinar de cruz ou passar um cheque em branco a uma proposta que nada esclarece a respeito de gestão, nem respeita minimamente as principais partes/agentes interessadas, muito menos os Municípes, os quais são os destinatários finais da proposta e também quem paga o plano de ação que a mesma encerra.-----



*[Handwritten signature]*

É por isso e pela grandeza dos valores envolvidos no investimento, atingindo as centenas de milhões de euros durante o período de cedência, que todos temos o direito de saber de uma forma muito clara como efetivamente se vai garantir a sustentabilidade do Europarque. -----

Por fim: -----

4. O Organograma e a Análise Económica surgem, respetivamente, de forma desgarrada e insuficientemente sustentada, e desenquadrados do Plano de Ação. -----

Da análise efetuada no precedente conclui-se o seguinte: -----

1. O Plano de Ação não conseguiu sair da fase de diagnóstico e é meramente genérico, não identifica para cada um dos objetivos o quê, quando, como e por quem vai ser executado. Veja-se o exemplo da única alteração registada, entre o que era o rascunho e o que é o documento final, em que não se explica porque é que se deixou cair a intenção de “concessão” do restaurante do Lago, sem uma única explicação, talvez, porque como já se leu, já exista a intenção de adjudicação direta a alguém já determinado. -----

2. A análise económica é insuficiente e parcamente fundamentada a previsão de receitas, omitindo despesas relevantes com pessoal e serviços. A única certeza que emerge são as despesas fixas de investimento de mais de meio milhão de euros ao ano, os quais vão sair dos cofres do município. -----

3. Relativamente ao proposto pelo PS, no sentido da celebração de protocolos com o Governo, com a Área Metropolitana do Porto, exigir do “Turismo do Porto e Norte de Portugal” igualdade de tratamento com os outros Centros de Congressos e encetar contactos com os Eurodeputados, o desprezo pelas propostas é revelador da incapacidade evidenciada por quem traçou a “Estratégia”, em perceber que a matéria não se enquadra na esfera comercial típica, pois para a sua concretização é necessário desenvolver um trabalho de representatividade no âmbito político, que não se enquadra no domínio comercial. Antes assim fosse. -----

4. O relatório técnico remete, repetidamente, para ações ou documentos estratégicos ou projetos, que por serem tão vagos, nada dizem em concreto quanto à sua realização. Mostrando, mais uma vez, a falta de rigor e de seriedade na análise técnica, a política do executivo PSD que, assim, através da abertura manifestada às propostas das demais forças políticas, o Presidente da Câmara mais não quis que cumprir um ritual destinado a fingir uma abertura ao diálogo que, afinal, não deseja. Desta feita, continua a afirmar a total ausência de



elementos estruturantes de um verdadeiro e famigerado plano de ação conforme referido no precedente ponto 1. -----

5. Quanto à proposta do PS, para adequação de pelo menos um dos Pavilhões à prática desportiva diária, com o objetivo de cedência aos Clubes e Associações do Concelho, argumenta-se que “eliminará um dos fatores mais diferenciadores do espaço”, o que contraria o que próprio documento propõe, em vários pontos. -----

6. Relativamente ao proposto pelo PS nos pontos 23, 24, 25, 27 e 28, todas consideradas pelos analistas e políticos do PSD, enquadradas em ideias gerais “Estratégia Global do Município” que não conseguem explicitar, volta-se à fórmula vaga e de mera remessa para lugares comuns, sem conteúdos nem substância. -----

7. Em relação ao ponto 26, o executivo do PSD, mais uma vez, não percebeu, ou não quis perceber, o alcance do proposto pelo PS quando sugeria a abertura anual do Europarque às instituições e à população, durante um período de 30 dias, para possibilitar a recolha de contributos para uma “bolsa de ideias”, destinando-se tal iniciativa a receber sugestões para realização de projetos e iniciativas, bem como para avaliar as iniciativas em curso no empreendimento, permitindo uma análise retrospectiva e de controlo, bem como uma visão prospetiva diferenciada que poderia revelar-se enriquecedora. Isto justifica-se pela incapacidade de o executivo camarário PSD se abrir à participação dos cidadãos, preferindo uma gestão opaca da coisa pública, sem contraditório. -----

8. Pelo que se explana e conclui, se coubesse ao PS a gestão do Município e do processo Europarque, atuaria de uma forma completamente diferente, proativa, transparente e aberta à discussão, com soluções e propostas realistas que garantissem a sustentabilidade do Europarque. Não obstante, o PS/Feira continuará a pugnar, nestas e noutras matérias, pelas suas mais profundas convicções, dado que acredita que o projeto Europarque não tem de ser um “nascituro” com uma sobrevida pouco digna e dependente de uma “incubadora”, antes podendo e devendo tornar-se num dos motivos de orgulho dos Feirenses. -----

Assim, o GM/PS propõe que a Assembleia Municipal reunida em 26 de fevereiro de 2016, recomende à Câmara Municipal: -----

1 – Que renegoceie com o Governo, enquanto dono do Europarque: -----

• que as obras de conservação e beneficiação sejam da sua responsabilidade, ou em alternativa, alocação de verbas governamentais para o efeito; -----



- a criação de um mecanismo de envolvimento do Estado, através da calendarização de ações a serem levadas a cabo no Europarque; -----
- o compromisso no apoio através dos Programas Operacionais, no quadro “2020” e a devolução integral da bolsa de terrenos anteriormente cedidos gratuitamente pelo município à Associação Empresarial de Portugal, para levar a cabo o empreendimento. -----

2 – A execução de um verdadeiro plano estratégico de ação para viabilização do Europarque, assente em documentos credíveis e indicadores realistas e fundamentados, que reflitam os contributos atendíveis produzidos por quaisquer entidades singulares ou coletivas, institucionais ou não.” -----

-----  
Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por salientar que o CDS-PP afirmou, desde sempre, estar a favor da intervenção que a Câmara Municipal decidiu fazer no sentido da municipalização do Europarque por considerar ser um instrumento por demais relevante para ser minorizado e, sendo bem trabalhado, poderá ser uma alavanca estruturante para o futuro do próprio Concelho. -----

Disse que, apesar de concordar com a municipalização, isso não quer dizer que o CDS-PP não possa ter uma voz ativa e interventiva pelo que, no seguimento do pedido efetuado pela Câmara no sentido de serem elencadas propostas, o CDS-PP de Santa Maria da Feira decidiu intervir proativamente, com a sua visão daquilo que será importante desenvolver para o Europarque. Sobre isso salientou que, infelizmente, em momento algum a Câmara Municipal decidiu chamar o CDS-PP para discutir aquilo que foram as suas temáticas e as suas propostas, pelo que as iria discutir na presente intervenção, dado ser a primeira oportunidade para o fazer. -----

Referiu que o Europarque é basilar, na visão do CDS-PP, para o melhor do Concelho e que, nessa medida, só sendo o melhor é que poderá ser a tal alavanca que o Concelho precisa, pelo que o CDS-PP rebate, desde logo, a gestão que está preconizada para o Europarque. Salientou nada ter contra a empresa municipal Feira Viva mas que, no entendimento do CDS-PP, a mesma não tem o know-how nem a capacitação necessária para, por si, desenvolver a gestão daquela estrutura, comentando que é preciso muito mais do que o draft apresentado, ressaltando tratar-se de um documento muito genérico que não verte as diferentes fases que devem constar num documento do género, e que prova as limitações que a Feira Viva tem. ----

---



Para além da questão da gestão disse verificar desse documento que, na análise feita ao Ambiente Externo, não é tido em conta algo que seria relevante contextualizar na vertente económica e financeira internacional, em especial europeia, que é o facto de Portugal ser um país limítrofe e por, hoje em dia, as feiras e os congressos estarem muito centralizados em alguns países, em algumas cidades, em alguns centros de negócios, lembrando ainda que, neste momento, a internet é o veículo preferencial que é utilizado. -----

Frisou que, por essa razão, o CDS-PP propôs um conjunto de soluções, vertidas em duas estratégias, salientando que a primeira tem a ver com a criação do Parque da Cidade, recordando que essa já foi uma proposta feita pelo CDS-PP aquando da elaboração do Plano e Orçamento Municipal para 2016. Destacou que se o que se pretende é ter um Parque da Cidade que seja congregador, inclusive, dos outros municípios, então tem que ser o melhor Parque da Cidade caso contrário os potenciais utilizadores irão procurar outros locais, pelo que considera que intervenções de cosmética, ou de remendo, como as mencionadas de forma genérica no draft, não consubstancia aquilo que é preconizado pelo CDS-PP, ou seja, tornar esse Parque da Cidade o melhor dos melhores. -----

Frisou que o CDS-PP concorda que a promoção de um Parque da Cidade no Europarque é o caminho a percorrer mas que isso não passa por intervenções de cosmética, ressaltando que muito há para intervir a esse respeito. -----

Salientou que a segunda questão tem a ver com a própria estrutura do Europarque que, no entendimento do CDS-PP, tem de ser trabalhada de outra forma, com uma outra visão, para consubstanciar a tal alavanca que se pretende, pelo que entende ser preciso centrar no Europarque pessoas. Referiu que para isso é preciso ter lá serviços, não somente numa visão comercial e financeira da estrutura mas, também, numa visão de envolvimento, ressaltando que no draft nada é dito a esse respeito pelo que entende que seria pertinente e importante haver uma estratégia consubstanciada para que o Europarque seja, efetivamente, o motor do Concelho. -----

Concluindo a sua intervenção disse querer dar ênfase a uma outra proposta feita pelo CDS-PP, designadamente a criação de um parque temático, ressaltando que se aquilo que se quer é congregar pessoas, criar soluções para que o Europarque tenha pessoas, um parque temático faria toda a diferença. -----



Interveio o membro *José Leão* (PSD) que começou por dizer que não se pode fugir à realidade e que a realidade é que o PS ainda não engoliu o facto de ter sido contra a Câmara Municipal ter tomado conta do Europarque e, ao ver que tinha metido o pé na poça, o PS arrependeu-se e anda, agora, com questões da análise das SWOT e a falar de planos e mais planos. -----

Referiu que a situação do CDS-PP é diferente uma vez que, sendo favorável à remunicipalização, discorda que seja a Feira Viva a gerir o Europarque por entender ser um equipamento de tal envergadura que merecia outro tipo de gestão, salientando, a esse respeito, que esses super-gestores também teriam super-vencimentos que não seriam compatíveis com aquilo que se pode pagar. Disse concordar que se deve ir buscar o melhor possível mas que também é da opinião que não seria fácil recrutar pessoas com nível superior àquelas que estão na Feira Viva, ou seja, com curriculum e trabalho feito que demonstrasse que valia a pena apostar nessas pessoas. -----

Salientou, portanto, concordar com a decisão tomada pela Câmara, ou seja, de começar pelo seguro, traçando um caminho com a utilização de dinheiros compatíveis com as possibilidades e que levará, com certeza, a um fomento muito maior da utilização do Europarque face à que foi tida nos últimos anos, tal a letargia em que caiu a direção da AEP em relação àquele equipamento. Frisou que, tendo em conta o empenhamento que vê por parte da Câmara Municipal e da Feira Viva na resolução deste problema, está convencido de que o Europarque vai ser um sucesso. -----

Reafirmou que o PS vai ter de engolir o facto de ter sido contra a Câmara ter tomado conta do Europarque por 50 anos, pelo que agora vem com a questão dos planos, comentando ser da opinião que o que é preciso é haver empenhamento em conseguir-se o maior número possível de congressos e eventos para rentabilizar o Europarque, que não interessa planear se vão ser realizados 3, 4 ou 5 eventos por mês, mas sim haver empenho para que se levem a cabo 8, 9 ou 10 eventos. -----

Salientou que na análise que é feita pelo Município e pela respetiva estrutura técnica tudo isso é, naturalmente, quantificado, que é feita a previsão do que vai acontecer mas que não se pode avançar com mais detalhes e ir mais longe do que aquilo que está escrito, comentando que isso seria querer enganar as pessoas, seria fazer o mesmo que fez a Assembleia da República ao aprovar um Orçamento de Estado para 2016 que prevê um défice de 2,2% quando toda a



gente sabe, incluindo o próprio governo, que isso é inalcançável.-----  
Concluindo a sua intervenção, disse que o grupo municipal do PSD não iria entrar em engodos, que prefere encarar a realidade e prefere que haja o maior empenhamento possível, com as pessoas certas, para conseguir sucesso para o Europarque, sublinhando que o PS vai ficar com o ónus de ter sido contra o Europarque e que nada lhe adianta vir com a questão dos planos porque isso não limpa a nódoa com que o PS ficará.-----

-----  
Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que se o que interessa é o empenhamento e não os planos, então que se pode mandar para o lixo o dito documento Estratégia e Plano de Ação do Europarque porque não valerá nada, comentando que essa lógica lhe faz lembrar aqueles empreendedores da banha da cobra que dizem que o que conta mesmo é acreditar e que, acreditando muito, tudo se faz, quando é sabido que não é assim. ----  
Salientou que a história do Europarque mostra que há sempre um plano inicial que apontava para a criação de milhares de postos de trabalho, para a realização de um sem número de eventos e que seria um polo dinamizador, não do Concelho, mas da Região Norte, mas que acabou com a insolvência e com os contribuintes a terem de assumir as dívidas do Europarque. -----

Disse ser importante reconhecer as dificuldades daquele equipamento, sendo um equipamento muito grande e cuja manutenção vai ser muito cara para um orçamento de uma Câmara Municipal como é a de Santa Maria da Feira, frisando que, portanto, vale mesmo a pena pensar sobre o assunto. -----

Salientou que o Plano de Ação diz que existe, hoje, um mercado cada vez mais exíguo no que toca às questões de centros de congressos mas, paradoxalmente, identifica como uma oportunidade o facto de o Europarque poder ser uma referência para o chamado mercado MICE, ou seja, as feiras, congressos e aluguer de salas. -----

Referiu que se a aposta num centro de congressos e no aluguer de espaços foi insuficiente para a sustentabilidade do Europarque mesmo numa altura em que isso estava na moda, agora, usando-se muito mais o espaço virtual do que o espaço físico, tem tudo para voltar a falhar pelo que considera necessário que se reconheça a necessidade de arranjar alternativas. -----

Salientou que o BE concorda que a exploração do espaço exterior deve ser um caminho mas que, para isso, é preciso aprofundar e pormenorizar melhor o que é o aproveitamento do

---



outdoor, acrescentando ser da opinião que o Europarque deveria ser, também, uma espécie de cidade de serviços, o que obrigaria as pessoas a terem de ir ao Europarque para acederem aos serviços e ajudaria na poupança das muitas rendas de imóveis que são pagas, quer pela Câmara quer pela Administração Central.-----

Reafirmou ser preciso pensar mais para além do centro de congressos mas que, pelo que vê no Plano de Ação, ainda se pensa muito nesse sentido, identificando a necessidade e alguns objetivos mas não conseguindo particularizar ou contabilizar, como quando diz que é necessário captar públicos mas não pormenoriza quais as formas para conseguir essa captação.-----

Sublinhou que outra questão que traz preocupação ao BE são as projeções de receitas e de despesas, dizendo estar fresco na memória de todos as palavras do Sr. Presidente da Câmara quando disse, aquando da decisão da remunicipalização do equipamento, que o mesmo daria lucro em pouco tempo. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Moisés Ferreira referiu que, nessa altura, o Sr. Presidente da Câmara avançou com números que manifestamente não correspondem à realidade porque, neste momento, as despesas são bastante maiores do que os proveitos provenientes da exploração do Europarque. -----

Usou novamente da palavra a deputada municipal **Margarida Gariso** (PS) que começou por dizer que o membro José Leão parece ter engolido uma cassete uma vez que está sempre a dizer a mesma coisa, ressaltando que por mais que se repita uma mentira ela não se torna verdade.-----

Sublinhou que o PS nunca foi contra a Câmara assumir a gestão do Europarque, mas que é um partido responsável, ao contrário do PSD, fazendo notar que o PSD assumiu uma responsabilidade por mais de meio milhão de euros de despesas de consignação e de investimento ao ano, levando a que o Município venha a ter prejuízos com aquela infraestrutura durante vários anos. Disse ser essa a razão que levou o PS a apresentar a recomendação em discussão, no sentido de ser feita a renegociação com o governo para tornar rentável e sustentável o Europarque. -----

Destacou que sem plano não há futuro e que não se pode chamar plano ao documento que foi apresentado em relação ao Europarque, ressaltando que a Câmara tem revelado, muitas vezes,



uma tremenda incapacidade em planear, redundando em prejuízos sucessivos. Referiu que tais prejuízos sucessivos estão a acontecer em relação ao Europarque, nomeadamente com o primeiro protocolo celebrado com a AEP e devido à incapacidade de cumprimento por parte desta, reafirmando que a ausência de planeamento vai cair nos cofres de todos os feirenses e de todos os contribuintes, pelo que lamenta que os membros do PSD entendam que se deva continuar a cometer os mesmos erros. -----

Disse não poder aceitar que o principal constrangimento do Europarque seja ter nascido de costas voltadas para os feirenses, destacando que um dos maiores problemas é a questão dos acessos, é não ter corredores pedonais nem ciclovias, ressaltando que a Câmara Municipal não foi capaz, por ausência de planeamento, de perceber que o Europarque não estava voltado para a população do Concelho. -----

Frisou que, nessa medida, o PS propôs que fossem criadas essas acessibilidades e que a resposta dada remete para um objetivo geral que consta do documento Europarque – Estratégia e Plano de Ação, que diz “Transformação do espaço e devolução do mesmo ao território como local plural e preferencial de lazer – onde tudo acontece ou vai acontecer”. Questionou aos presentes se conseguem perceber, dessa frase, aquilo que vai ser feito sobre uma proposta que diz para que se faça corredores pedonais e ciclovias, para que a população tenha efetivamente acesso àquele espaço e lhe dê rentabilidade. -----

Referiu que outra proposta do PS foi a de adequar um dos pavilhões do Europarque à prática desportiva diária para ceder aos clubes e associações do Concelho, mas que essa proposta foi considerada inadequada pelos estrategas do plano de ação quando é sabido que os clubes e associações desportivas do Concelho, nomeadamente o Clube Desportivo Feirense, tem de alugar espaços em concelhos vizinhos para que os seus atletas possam praticar modalidades amadoras, por falta de condições em Santa Maria da Feira. Referiu que essa situação também está no âmbito das funções do Europarque e que se o problema é a ocupação diária, então que podem ser celebrados protocolos contemplando essa situação, fazendo sobressair que quando não há vontade é que nada acontece, pelo que questionava se existe alguma coisa contra os clubes e associações para não lhes seja dada a oportunidade de usufruírem daquele espaço e o rentabilizar. -----

Disse, ainda, querer congratular-se por ter sido conseguido, na linha do que sempre defendeu o PS, que a Assembleia-Geral do Eixo Atlântico tivesse aprovado uma moção, por



unanimidade, na presença do Sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, no sentido de apoiar a internacionalização do Europarque através de iniciativas que ali possam ser desenvolvidas. -----

Concluindo a sua intervenção, a deputada municipal Margarida Gariso apelou para que a recomendação que apresentou fosse aprovada pela Assembleia Municipal uma vez que, no seu entendimento, falta dar o passo seguinte, ou seja, formalizar uma renegociação onde todas as questões sejam verdadeiramente acauteladas, sublinhando que o PS quer o Europarque mas que o quer de forma sustentada.-----

-----  
Interveio o membro **Fernando Moreira** (PSD) que começou por concordar que o assunto do Europarque merece ser discutido mas que também entende que a discussão deve ser mais atinada, ressaltando que é preciso que as pessoas do PS saibam, de uma vez por todas, o que é que querem e resolverem as contradições que apresentam.-----

Lembrou que o PS, aquando da construção do Europarque, em primeiro lugar era contra, depois mudou e apelou à Câmara para que fizesse tudo ao seu alcance para que o Europarque fosse contruído em Santa Maria da Feira e, agora, vem outra vez com essa indefinição.-----

Disse não conseguir perceber que o PS venha dizer que o Europarque é um equipamento que precisa de tantas receitas e depois diga que fazendo-se um parque de lazer, levando as pessoas a irem passear para aquele espaço, e fazendo-se umas acessibilidades, designadamente ciclovias e corredores pedonais, isso vá resolver o problema económico do Europarque.-----

Referiu que tudo isso pode ser feito mas que é preciso fazer muito mais, destacando que o Sr. Presidente da Câmara já teve o cuidado de tentar a internacionalização do Europarque, nomeadamente na Assembleia-Geral do Eixo Atlântico, como já referido.-----

Em relação à questão da cedência a clubes e associações do Concelho, referiu ter muito respeito por essas entidades mas que o Europarque não foi feito para isso, ressaltando que se é para se atribuir o Europarque às associações concelhias então que se assumam isso e que se assumam que a Câmara Municipal suporta os custos a ter com o Europarque.-----

Concluindo a sua intervenção disse interpretar, daquilo que é dito pelo grupo municipal do PS, que aquilo que o PS quer é que a Câmara Municipal tome medidas que tornem o Europarque inviável e com custos que tenham de ser suportados pelo Município. -----



Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara em exercício* que começou por dizer ter ficado perplexo com algumas intervenções que ouviu sobre o Europarque.-----

Disse que começaria por aludir à intervenção feita pelo membro Válder Amorim, não por uma questão de perplexidade mas sim para reconhecer que a Câmara não agiu da melhor forma com o CDS-PP neste processo porque, tendo o CDS-PP apresentado propostas, nunca foi chamado pela Executivo Permanente da Câmara para as discutir. Referiu que o Executivo Permanente entendeu que essas propostas estavam acolhidas no documento da Câmara e não teve o cuidado de falar com o CDS-PP, assim como teve o cuidado de discutir com o PS as propostas que este apresentou, uma vez que o PS tem assento na Câmara Municipal, salientando assumir esse lapso. -----

Em relação ao proferido pelo membro Moisés Ferreira, disse não se recordar de qualquer sugestão dada pelo BE para a dinamização e desenvolvimento do Europarque, ressaltando que a única coisa que se recorda é de uma manifestação feita à porta do Europarque em que o BE dizia que o governo não devia assumir o pagamento da dívida da AEP e da associação Europarque. Frisou ser essa a única posição que se lembra do BE, salientando que se essa posição tivesse sido seguida o Europarque não estaria, hoje, disponível para o Município.-----

Quanto ao proferido pela deputada municipal Margarida Gariso, referiu que todos os pontos por ela mencionados foram discutidos em reunião de Câmara, salientando que todos estão incluídos no documento da Câmara Municipal com a exceção da cedência dos pavilhões às associações concelhias por ter sido entendido que isso mataria a diferenciação do Europarque. Referiu existir, nas redondezas, uma série de espaços de congressos, destacando que quase todos os hotéis têm pequenos auditórios onde esse tipo de atividades podem ser realizadas, mas que não há nenhum na região tendo auditórios com a dimensão que têm os do Europarque, fazendo sobressair que não se pode matar essa mais-valia uma vez que é essencial para conseguir eventos internacionais e captar mais investimento para o Europarque. Disse que levar pessoas para o Europarque não vai rentabilizar aquele equipamento, salientando que até se pode levar para lá toda a população Concelho que isso não resolve o problema da viabilidade económica do Europarque, frisando que essa viabilidade conseguir-se-á com a captação de investimento, com o estabelecimento de contactos, com compromissos assumidos com o governo.-----

Referiu que os compromissos com o governo que o PS está a defender também são



defendidos pelo PSD desde a primeira hora, chamando a atenção para o que está escrito no próprio decreto-lei referente à cedência de utilização do Europarque ao Município de Santa Maria da Feira, lendo o parágrafo que nele consta e que se transcreve: “Neste contexto, tendo em vista a dinamização e prossecução das finalidades de interesse público do Complexo Europarque, deve procurar-se que iniciativas de natureza pública naquela região sejam preferencialmente desenvolvidas na área do mesmo, no sentido de contribuir para o desenvolvimento económico da região e para a sustentabilidade do equipamento em causa.”--- Disse que esse compromisso, de privilegiar alguns eventos do governo no Europarque, foi assumido pelo anterior governo do PSD, dizendo esperar e estar convencido que atual governo do PS cumpra com essa mesma prerrogativa, acrescentando contar também com a colaboração dos membros do PS desta Assembleia para dissuadir e convencer o atual governo para realizar eventos no Europarque.-----

Prosseguiu salientando que, na sua opinião, o que preocupa o PS é ter estado sempre contra Europarque, é ter feito propostas que nada dizem sobre como rentabilizar economicamente o Europarque e que nada dizem de diferente daquilo que é dito no documento apresentado pelo Executivo Permanente da Câmara. Salientou que esse documento foi inicialmente chamado de draft porque o Executivo Permanente estava disposto a acolher sugestões e a introduzir alterações mas que, em relação às propostas recebidas pelo PS, o que constata é que 95% dessas estão acolhidas no documento, pelo que não percebia o porquê de toda esta discussão. - Referiu ser da opinião que o PS tem medo que o Europarque não dê certo e, depois de ver as sugestões que fez serem acolhidas na sua generalidade, não quer participar na estratégia para o Europarque nem ficar associado a um eventual fracasso e, então, arranjou um fait-diver e uma série de coisas para se tentar descolar. Sobre isso disse que o PS pode ter a certeza que o Europarque vai dar certo, comentando que, nessa altura, o PS vai aparecer a dizer que sempre foi a favor do Europarque até porque conclui o documento que apresentou com as propostas dizendo “com este entendimento sobre o Europarque, a Câmara Municipal contará sempre com o PS”. -----

O Sr. Presidente da Câmara em exercício prosseguiu a sua intervenção dizendo que o PS já esteve descolado, já colou e está a descolar outra vez, apelando para que o PS decida o que quer, fazendo sobressair que aquilo que o Executivo Permanente da Câmara quer é trabalhar para o sucesso do Europarque e que é isso que vai fazer, seja com a colaboração do PS ou sem



ela.-----  
Referiu não ser verdade que o Sr. Presidente da Câmara tenha dito que o Europarque vai dar lucro nos primeiros anos, destacando que o mesmo já assumiu publicamente, por diversas vezes, que o Europarque vai dar prejuízo nos primeiros anos, comentando que seriam loucos se dissessem que o Europarque daria lucro nos primeiros anos, e que não são loucos.-----

Em relação à afirmação, que consta da recomendação em apreço, de que o investimento no Europarque será de centenas de milhões de euros, salientou que essa afirmação baseia-se num investimento para um determinado número de anos, esclarecendo que a Câmara tentará incluir algumas verbas provenientes de fundos comunitários e que não serão investidas as mesmas verbas todos os anos. -----

Reafirmou não ver nenhuma proposta do PS que possibilite o aumento da receita, frisando que ceder os pavilhões às associações ou fazer com que as pessoas vão passear para o Europarque não são medidas que vão rentabilizar o Europarque, mas sim medidas que complementam e representam uma nova dinâmica territorial. Disse, também, não se poder pensar o Europarque como um espaço para serviços porque, deslocalizando para lá, por exemplo, a Câmara Municipal, isso mataria o centro da Cidade, destacando que existem dinâmicas territoriais que têm de ser mantidas e que é preciso ter uma visão integradora das situações. -----

Concluindo a sua intervenção recordou alguns dos recentes eventos realizados no Europarque, designadamente o lançamento do programa NORTE 2020, que teve 5000 mil pessoas, bem como um evento realizado pelo PSD, que teve 6000 pessoas, sublinhando que o Sr. Presidente da Câmara, e ele próprio, sempre que surge a oportunidade fazem pressão para que tal género de eventos se realizem no Europarque, frisando que se o Europarque só tivesse metade dos pavilhões tais eventos não se poderiam ali realizar. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor da recomendação (PS: 16, BE, CDU), 29 votos contra (PSD, IND.) e 1 abstenção (CDS-PP), rejeitar a recomendação apresentada pela deputada municipal Margarida Gariso – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----



A deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) fez a seguinte declaração de voto: -----  
“Nós votamos favoravelmente, naturalmente, esta recomendação, porque entendemos que através da abertura, da renegociação com o governo, as propostas que nós aqui elencamos iriam garantir de melhor forma a sustentabilidade do Europarque, e porque entendemos relevante que a Câmara Municipal, atenta os valores aqui envolvidos, teria, e tem, de prestar contas à população dizendo como vai fazer. -----

Nós queremos o Europarque, queremos que ele seja sustentável e fizemos propostas nesse sentido. Aqui se viu quem está contra o Europarque. É a maioria do PSD que inviabilizou esta recomendação que ajudaria, certamente, a viver melhor o Europarque e de forma sustentada.”-  
-----

*Sairam os membros António Valdemar Ribeiro e Luís André Santos.* -----  
-----

**12 – Programa de apoio à construção ou renovação de campos de relvado sintético em instalações desportivas**-----

**- Contratos-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com diversas entidades/ aprovação de minutas**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----  
-----

O *Sr. Presidente da Câmara em exercício* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 22 de fevereiro de 2016 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----  
-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que referiu que, em coerência com a posição do BE sobre este programa de apoio à construção de campos de relvado sintético, votaria contra este assunto. -----  
-----

Lembrando o proferido pelo membro José Leão, na presente sessão, a propósito da moção apresentada pelo BE relativa à esterilização de animais errantes e doméstico, designadamente que era uma vergonha o BE trazer tal assunto quando as pessoas sofrem tantos problemas, de igual forma entende o BE que é uma vergonha a Câmara gastar centenas de milhares de euros



Handwritten initials and marks, including a circled 'b' and a signature.

em campos de relva sintética quando há tanta pobreza no Concelho. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara em exercício* para esclarecer que está em causa um programa de apoio para a construção de relvados sintéticos para a formação, ou seja, para as crianças e jovens do Concelho praticarem desporto, pelo que considera no mínimo inadequado comparar esse com outros interesses. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor (PSD: 26, PS: 16, CDS-PP, IND.), 1 voto contra (BE) e 1 abstenção (CDU), aprovar as minutas dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com a Junta de Freguesia de Rio Meão, e com o Clube de Futebol União de Lamas – Futebol Formação/Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas, documentos cujo teor se dá aqui por reproduzido e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. --

**13 – Pedido de suspensão do mandato da deputada municipal Adriana Marisa da Silva Cardoso** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado no seguimento do pedido remetido à Mesa pela deputada municipal Adriana Cardoso, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 2.498, em 18 de fevereiro de 2016, documento esse distribuído, oportunamente, pelos membros da Assembleia Municipal e cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Venho pelo presente solicitar a suspensão do meu mandato de membro da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira no período entre 28 de janeiro e 30 de junho de 2016 para o exercício de maternidade nos termos do artigo 49.º do regimento desta Assembleia, em virtude de ter sido mãe no dia 28 de janeiro de 2016.” -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 46 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar o pedido de suspensão do mandato da deputada municipal Adriana Cardoso, até ao dia 30 de junho de 2016. -----



Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a minuta da ata desta sessão a aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata desta sessão.-----

Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 00,40 horas, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa.-----

**O Presidente,**

**O 1.º Secretário,**

**O 2.º Secretário**